

Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 26 – nº 99 – Junho 2015Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – [www.csem.org.br](http://www.csem.org.br)

## Tráfico de pessoas e políticas migratórias

<b>PORTUGUÊS</b> .....	<b>3</b>
Escravos da moda. Quem se importa com a procedência? .....	3
Há 35,8 milhões de escravos em todo o mundo .....	6
Apesar dos progressos, invisibilidade ainda é desafio no enfrentamento ao tráfico de pessoas .....	7
Brasil investe em ações de combate ao tráfico de mulheres .....	8
Por dentro do submundo do tráfico de pessoas no deserto do Saara .....	10
Vidas esquecidas, águas assassinas .....	12
Libertados em condição de escravos estão mais velhos e escolarizados .....	13
 <b>ENGLISH</b> .....	 14
A forced bride: 'We survive for each day' .....	14
Survey shows modern day slavery rife in Malaysian factories .....	16
Human trafficking in Pakistan: Not for sale .....	17
Human Trafficking, A Booming Invisible Industry .....	19
Trafficking is not just about sex workers .....	20
Horrors of Human Trafficking in South Asia .....	23
Nun Tirelessly Fights Human Trafficking .....	24
 <b>ESPAÑOL</b> .....	 25
Explotación sexual infantil, la cara oculta de Uruguay .....	25
Egipto/Sudán: Encrucijada de la tortura y el tráfico de personas .....	27
Las secuelas de la esclavitud .....	30
Hay vida fuera del paréntesis de la explotación sexual .....	31
Trata de personas: el trabajo esclavo representa la mitad de las víctimas .....	34
Rohinyás, la vida como clandestinos tras sobrevivir a la trata de personas .....	36
Extracción de órganos en niños y jóvenes migrantes, nuevo negocio de narcos mexicanos; ganancias de 11 mmd .....	37
 <b>ITALIANO</b> .....	 39
Dall'asilo politico alla lotta ai trafficanti, la nuova agenda europea sull'immigrazione .....	39
Permesso di soggiorno a chi collabora contro trafficanti e scafisti .....	40
Vaticano: applicare leggi contro traffico di esseri umani .....	40
Il traffico di migranti, raccontato dagli scafisti .....	42
L'odissea dei Rohingya, gli schiavi dei barconi scappati da fame e violenze etniche .....	44
L'economia della tratta degli esseri umani .....	45
India: migrazione sicura, primo passo per fermare il traffico di esseri umani .....	46

## EDITORIAL

Nos últimos meses a imprensa internacional tem relatado graves episódios de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Podemos citar o caso dos muçulmanos *rohingya* na Ásia, dos imigrantes e refugiados asiáticos e africanos na Sicília ou dos refugiados eritreus na península do Sinai. São episódios trágicos em que o tráfico de pessoas se entrecruza com a migração. Migrantes forçados ou voluntários ficam envolvidos em redes de tráfico; se tornam vítimas de exploração sexual e de trabalho forçado, são traficadas, deslocadas.

Como erradicar o trabalho forçado e a mercantilização de seres humanos? Em termos políticos, geralmente, o foco da repressão tende a ser prioritário. A fiscalização e a militarização das fronteiras – incluindo a construção de barreiras, valas ou muros – tornaram-se práticas cada vez mais comuns. Uma verdadeira obsessão, como assevera Michel Foucher. É do mês de junho de 2015 o anúncio da construção de um muro entre Hungria e Sérvia. Na União Europeia há planos de bombardear barcos nas costas africanas para combater o tráfico. Cabe lembrar que a pesca é uma das principais atividades econômicas da região: como distinguir os barcos usados para pesca daqueles usados para o tráfico de pessoas ou contrabando de migrantes? Os drones fazem isso?

Mas a questão mais importante é a confusão proposital entre tráfico de pessoas e migração. É evidente que há alguma relação entre os dois fenômenos, mas são práticas diferentes. A confusão entre migração irregular e tráfico para fins de exploração é utilizada de forma instrumental para legitimar políticas migratórias restritivas e, até mesmo, a violação dos direitos dos imigrantes. Conforme os meios de comunicação ocidentais, o atravessador é sempre um criminoso, mesmo quando permite o deslocamento de solicitantes de refúgio. Pessoas traficadas ou solicitantes de refúgio, por vezes, são tratados como “meros imigrantes irregulares” e, frequentemente, devolvidos de imediato – *encaliente* – sem levar em conta seus direitos. Nessa perspectiva, a luta contra o tráfico identifica-se com a luta contra a imigração irregular.

Na realidade, a principal causa do aumento do tráfico de pessoas em termos internacionais na atualidade é constituída justamente pelas políticas migratórias restritivas e a pela ausência de canais regulares de migração para os solicitantes de refúgio. Por exemplo, pessoas que fogem da Síria ou da Eritreia e querem solicitar refúgio são obrigadas a recorrer a intermediários que, dependendo dos casos, podem ser mais ou menos honestos, mais ou menos caros, mais ou menos escrupulosos e, sobretudo, *smugglers* ou *traffickers*: meros atravessadores (*coyotes*, *scafisti* ou *passeurs*) ou traficantes de pessoas para fins de trabalho forçado ou exploração sexual. Dessa maneira, o migrante – voluntário ou forçado – que inicia o deslocamento geográfico como estratégia de sobrevivência biológica ou social, corre o risco de ficar envolvido numa rede de traficantes. Em síntese, as políticas migratórias restritivas, além de violar direitos dos migrantes, alimentam a prática do tráfico de pessoa.

A *Anistia Internacional*, no recente relatório “*La vergüenza de Europa, a pique. Omisión de socorro a refugiados y migrantes e nel mar*”, ressalta os custos humanos das políticas migratórias irresponsáveis – ou vergonhosas, na ótica do informe – da União Europeia. A passagem da operação *Mare Nostrum* para *Triton* implicou na redução do campo de ação, dos gastos e dos meios de socorro, o que provocou um súbito aumento das vítimas: em 2015, uma a cada 23 pessoas que tentou a travessia no Mediterrâneo morreu afogada, contra uma a cada 53 do ano anterior, à época da operação *Mare Nostrum*. E não deixa de ser paradoxal que os países que alimentam essas políticas restritivas ou omissas sejam aqueles que ostentam indignação em relação ao tráfico de pessoas, às novas formas de escravidão ou ao tráfico de órgãos. Será que a escravidão de seres humanos é mais criminosa do que a omissão de socorro de pessoas que estão se afogando?

No Brasil, dados recentes do Ministério do Trabalho revelam mudanças no perfil das pessoas resgatadas de condições análogas à escravidão: elas têm mais educação (44% eram analfabetos, em 2007, contra 14%, em 2014), mais idade (46% dos libertados são jovens, contra 56% em 2007) e, sobretudo, há um maior número de mulheres (de 3%, em 2007, para 10%, em 2014). Essas mudanças são o reflexo do aumento da fiscalização em áreas urbanas e, talvez, da maior incidência do trabalho análogo à escravidão. Não é por acaso que até mesmo os novos imigrantes – haitianos,

ganeses e senegaleses – estão sendo vítimas de trabalho escravo, tanto no campo quanto nas cidades.

A luta contra o tráfico de pessoas exige uma reformulação das políticas migratórias na ótica dos direitos humanos. Como afirma François Crepeau, relator especial sobre os direitos humanos dos migrantes da ONU, o fechamento das fronteiras é impossível e só fortalece o contrabando dos migrantes e o tráfico de seres humanos.

## PORTUGUÊS

### **Escravos da moda. Quem se importa com a procedência?**

*O trabalho degradante deixa muita gente indignada, mas, na hora de comprar roupa nova, poucos se preocupam se a loja ou a marca tirou algum proveito dessa prática.*

*Cida de Oliveira*

A foto de um menino paquistanês costurando uma bola de futebol da Nike em 1996, nas páginas da extinta revista Life, causou indignação. No mesmo ano, o documentarista norte-americano Michael Moore filmou conversa com o presidente da multinacional, Phil Knight, para o documentário The Big One. “Você não tem problema de consciência? Sabe como vivem seus empregados na Indonésia?”, questionou. O filme foi exibido em 1998, quando as condições degradantes de trabalhadores da companhia em países da Ásia já eram conhecidas e a marca tinha se tornado sinônimo de exploração.

No mesmo ano, ativistas dos direitos humanos aproveitaram o Mundial da França para denunciar o trabalho de crianças na produção de bolas e chuteiras. Com ajuda da internet, consumidores de todo o mundo boicotaram produtos da marca, derrubaram executivos e ações nas bolsas. Para limpar a barra, a empresa passou a controlar as relações de trabalho nas subsidiárias e a investir em marketing.

No final de 1999, curiosamente, um dos principais garotos-propaganda da marca, o ex-jogador Ronaldo, foi nomeado embaixador do Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para ajudar a disseminar ações de combate às desigualdades. Mesmo assim, a companhia não conseguiu se desvencilhar da imagem negativa. O caso Nike é emblemático no mundo quando se trata de demonstração de força do consumidor.

No Brasil, é a Zara. Em 2011, a grife espanhola ganhou as manchetes não pelo sucesso da nova coleção de roupas caras, mas pelo trabalho

análogo à escravidão flagrado por fiscais na cadeia produtiva. Em São Paulo, bolivianos ganhavam --R\$ 2 por peça produzida em oficinas de costura terceirizadas para a AHA, que por sua vez prestava serviços para a Zara no Brasil. Os executivos da empresa tentaram desfazer o vínculo. O episódio obteve destaque nas redes sociais e a marca foi alvo de protestos e boicote. “Por mais que eu gostasse de usar, cheguei a deixar de lado uma peça da marca que ganhei de presente. Em vez de status, a roupa passou a dar vergonha”, diz a recepcionista paulistana Bruna Araújo, 17 anos.

O barulho levou acadêmicos a estudar o assunto. Os professores Cintia Rodrigues de Oliveira, Valdir Machado Valadão Júnior e Rodrigo Miranda, da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (MG), analisaram comentários de internautas sobre o caso. A conclusão é que o consumidor entende que o crime corporativo é compensador do ponto de vista financeiro e que a empresa deve ser fiscalizada intensamente pelo poder público e punida com multas severas. E mais: que a população aceita tal crime ao continuar comprando da empresa.

Em abril, a grife foi responsabilizada pelo MPT. A justificativa é que, como detentora do poder econômico relevante na cadeia produtiva, pode proteger os 15 mil trabalhadores subordinados a ela e não apenas os das pequenas oficinas. A Zara anunciou que vai recorrer, alegando que não obteve vantagem financeira com a irregularidade cometida pela AHA – que não foi investigada, julgada, nem punida. Esta não é a única a ser envolvida em casos assim.

Nos últimos quatro anos, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagraram trabalhadores bolivianos em condições degradantes em oficinas de costura fornecedoras de marcas populares e caras. Autuada 48 vezes em 2010 e multada, a Marisa assinou um TAC e afirma fiscalizar, mas não divulga os resultados. Absolvida em primeira instância, questiona o governo na Justiça por publicar a “lista suja” do trabalho escravo. O MTE recorre da absolvição.

A C&A não chegou a receber autuação formal, mas passou a fazer auditorias surpresa e divulga na internet casos de trabalho infantil e pagamento abaixo do salário mínimo. A Collins assinou TAC e passou a fiscalizar os parceiros. Já a 775 não fiscaliza nem informa as ações para evitar o trabalho escravo na produção.

Com oficinas flagradas em 2011, as Pernambucanas se recusaram a assinar acordo para sanar os problemas e não publicam dados das auditorias que garantem fazer. A Gregory que, em 2012, recebeu 25 autos de infração, não assinou TAC e não diz o que faz para combater o trabalho escravo.

No ano passado, foi a vez de oficinas da Bo.Bô, Le Lis Blanc e John John, e da Cori, do mesmo grupo de Emme e Luigi Bertolli. As marcas não declaram ações contra trabalho escravo ou se descartam fornecedores. Em maio passado, fiscais encontraram bolivianos costurando para a M. Officer – o que já tinha acontecido em novembro de 2013. Em julho, o MPT pediu à Justiça que responsabilize a marca por trabalho escravo, além de multa de R\$10 milhões por danos morais e que seja proibida de atuar no estado de São Paulo.

Em maio, durante desfile da São Paulo Fashion Week, modelos e estilistas da Ellus subiram à passarela com camisetas com a frase: “Abaixo este Brasil atrasado”. A grife que “desabafava”, como alegaram os idealizadores, é a mesma denunciada em 2012 pelo MPT por trabalho análogo à escravidão, tráfico de trabalhadores e trabalho indígena.

O problema é outra face do trabalho degradante, que já foi mais comum no campo. Em 2013, pela primeira vez, o número de trabalhadores resgatados em operações de fiscalização foi maior em áreas urbanas (confira quadro).

O escândalo na moda e os boicotes intensificaram o debate em torno da questão. A ponto de, segundo o jornalista Leonardo Sakamoto, pressionar a instalação de CPIs estaduais e em nível nacional, que influíram na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 81/2014, no final de maio, pelo Senado, depois de

quase duas décadas de debates. A PEC prevê o confisco de propriedades em que esse crime for encontrado e a destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos. A emenda conceitua como escravo o trabalho exaustivo, a jornada exaustiva, o impedimento de ir e vir, mas ainda depende de regulamentação, o que deve ser fonte de novos embates no Congresso.

Coordenador da organização Repórter Brasil, que mantém um portal reconhecido pela atuação em prol do trabalho decente, o jornalista Leonardo Sakamoto diz que o boicote é um instrumento poderoso contra o trabalho escravo por afetar mais que as vendas. Por mais passageiro que seja, arranha a marca e influencia investidores, o maior patrimônio das empresas, como ocorreu com a Nike e, agora, com a Zara.

No entanto, para Sakamoto, o consumidor se preocupa é com qualidade e preço. “Em geral, como não gosta de ser enganado, fica indignado quando paga caro por um produto e descobre que não há garantia social. É aí que fica indignado, insatisfeito e passa a boicotar”, diz.

“É inadmissível as grifes explorarem mão de obra e ainda venderem roupas tão caras. Você não paga menos de R\$ 400 em algumas camisetas de marca que pagam R\$ 10 por peça bordada e que lançam coleções em desfiles como a São Paulo Fashion Week”, reclama a pesquisadora paulistana Ana Paula Nascimento, 41 anos.

Consultor de conteúdos e metodologias do Instituto Akatu, associação que defende consumo consciente para a sustentabilidade, Dalberto Adulis concorda com Sakamoto, mas entende que o consumidor está ficando mais crítico, que desconfia das promessas das empresas e prefere marcas comprometidas com o meio ambiente e que oferecem boas condições de trabalho a empregados. E o comportamento, em franca evolução, depende de informação para ser ainda mais engajado. “O consumo consciente requer educação e informação que nem todo brasileiro tem. Quando todos tiverem, vão cobrar e pressionar mais”, afirma.

A professora Silvia Cristina Gomes, 31 anos, e o namorado, o militar Paulo- Henrique de Carvalho, 23, reclamam justamente disso. Eles contam que, muitas vezes, pensam no trabalho degradante na produção das roupas que usam, o que, porém, não faz diferença na hora de comprar. “Nunca me lembro disso nem deixei de comprar por essa razão. Compro conforme a promoção, o preço, o produto. Só depois, vou pensar no trabalho escravo”, diz Silvia. “A gente vê a roupa na loja, no

mostruário, mas não tem como saber a procedência”, completa Paulo.

Adulis, do Akatu, destaca que os consumidores de menor renda, que mais se identificam com os trabalhadores, são os que acabam se beneficiando com a oferta de produtos mais baratos em função da exploração da mão de obra. “A questão é como assegurar preço para produto com atributo de sustentabilidade ambiental, social e trabalhista que o mantenha competitivo em relação aos outros.”

“Acho muito triste essa situação; lojas tão grandes, marcas de grife, pagarem tão mal para o trabalhador”, comenta a recepcionista Raimunda Silva, 59 anos, de São Paulo, que afirma nunca ter se arrependido das compras que faz, mesmo em lojas ligadas ao trabalho escravo. “No momento em que estou comprando, com tantos atrativos, nem raciocino.”

A auxiliar de saúde bucal Maria do Carmo Conceição de Santana, 43 anos, vai além: “Sou meio desligada. E quando compro, estou envolvida com a escolha, não lembro de mais nada, mas acho que trabalho escravo deve ser fiscalizado pelo governo, não pela gente”.

#### *Lojas com sinal verde*

Ajudar o consumidor a conhecer a conduta de algumas das lojas preferidas e fazer escolhas mais conscientes. Esse é o objetivo do aplicativo para celular Moda Livre, iniciativa da organização Repórter Brasil. Com mais de 5 mil downloads, o aplicativo é destinado a quem gosta de moda, mas não quer que alguém tenha sido explorado para costurar roupas. Traz avaliações de 22 marcas a partir de questionários respondidos pelas próprias empresas.

São classificadas com verde aquelas que têm mecanismos de acompanhamento sobre a cadeia produtiva e histórico negativo em relação ao tema. Recebem amarelo as que demonstram ter mecanismos de acompanhamento, mas apresentam histórico desfavorável em casos de trabalho escravo ou precisam aprimorar esses mecanismos. Já o vermelho é para aquelas que não contam com mecanismos de acompanhamento, têm histórico desfavorável ou não responderam ao questionário.

Segundo o aplicativo, que não tem a pretensão de recomendar a compra ou boicote de determinadas marcas, mostram a pior avaliação 775, Bo.Bô, Centauro, Collins, Gregory, Havan, John John, Leader, Le Lis Blanc e Talita Kume. Ficam no nível intermediário Cori, Dzarm, Emme, Hering, Luigi Bertolli, Marisa, Pernambucanas, PUC, Renner,

Riachuelo e Zara. A C&A tem a melhor avaliação. Segundo o coordenador da Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, o Moda Livre vai ser atualizado, com inclusão de outras marcas. Outros setores, como automobilístico e de eletrodomésticos, terão em breve um aplicativo semelhante.

#### *O que é trabalho escravo*

- As dificuldades para erradicar a prática se originam da pobreza. “Gatos” (agentes) aliciam trabalhadores em situação vulnerável em várias regiões do país. As despesas de viagem já começam a endividar o trabalhador, que ainda será “aprisionado” a custos com alimentação e medicamentos, - por exemplo

- O artigo 149 do Código Penal considera crime reduzir alguém à condição análoga à de escravo, “quer submetendo-se a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”

- Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o artigo 149 é consistente com a sua Convenção 29. A entidade considera o Brasil um país “fortemente comprometido” com o combate à prática da escravidão contemporânea

- Em 27 de maio, o Senado aprovou a chamada PEC do Trabalho Escravo, depois de 15 anos de tramitação. A batalha agora é pela regulamentação. Defensores da PEC temem retrocesso. Pela PEC, podem ser expropriadas, para fins de reforma agrária, áreas nas quais seja registrada ocorrência de escravidão

- Em 1995, o governo iniciou as operações de fiscalização móvel, para erradicação do trabalho escravo. Até 2013, foram 1.572 em 3.741 estabelecimentos, com 46.478 pessoas resgatadas

- No ano passado, pela primeira vez o número de trabalhadores no setor urbano (1.068) foi maior que no meio rural. O Ministério do Trabalho e Emprego credita parte desse resultado ao aumento da fiscalização nessas áreas. Construção civil e setor têxtil concentram ocorrências

- Outras iniciativa no combate ao trabalho escravo no Brasil é a chamada “lista suja”, divulgada periodicamente, com nomes de empregadores que usam a prática. A relação atual tem 549 nomes. Acesse em [bit.ly/mte\\_lista\\_suja](http://bit.ly/mte_lista_suja)

- O Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo foi criado em 2005 pelo Instituto Ethos, o Instituto Observatório Brasil, a ONG Repórter Brasil e a OIT. No ano passado, surgiu o InPacto, instituto

criado para “fortalecer e ampliar” as ações que visam a conscientizar as empresas sobre ocorrência de trabalho escravo na cadeia produtiva

Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/98/escravos-da-moda-as-grifes-e-o-trabalho-escravo-2432.html> - 16.08.2014

## Há 35,8 milhões de escravos em todo o mundo

*Joana Gorjão Henriques*

Com as mesmas estimativas de 2013, Portugal ocupa o décimo lugar entre 167 dos países com menor índice de escravatura, e é o 11º entre os europeus. O Brasil é um dos países elogiados pelo combate ao trabalho forçado e escravo no Índice Global da Escravatura 2014.

Depois de no ano passado ter estimado a existência de 29 milhões de escravos modernos em todo o mundo, o Índice Global da Escravatura 2014 apresentou esta segunda-feira novas estatísticas: são 35, 8 milhões.

Os novos números representam uma subida de 20% em relação ao primeiro relatório de sempre sobre a escravatura, divulgado em 2013, mas não indicam, porém, uma subida do número de escravos, sublinha a Walk Free Foundation, uma instituição que luta pela erradicação da escravatura, e autora do relatório. Esta “subida” deve-se a uma melhoria na precisão e no rigor da metodologia usada e no facto de estarem agora a ser revelados casos de escravatura moderna em locais onde estava escondida. O índice de 2014 inclui mais cinco países do que o anterior: Taiwan, Sudão do Sul, Coreia do Norte, Kosovo e Chipre.

O termo escravatura moderna é usado de diferentes maneiras em diferentes países, e é inclusivamente alvo de debates. Para o relatório, escravatura moderna implica o controlo ou posse de uma pessoa, retirando-lhe a sua liberdade individual, com intenção de a explorar. Inclui tráfico de pessoas e trabalho forçado.

Com os mesmos dados do ano passado, 1400 escravos, Portugal ocupa o décimo lugar entre 167 dos países com menor índice de escravatura, e é o 11º da Europa. Cinco países - Índia, China, Paquistão, Uzbequistão e Rússia - concentram 61% do total de escravos estimados. O pior país em termos de prevalência da escravatura é, como em 2013, a Mauritânia, com 4% da população em situação de escravatura, mas em termos absolutos é a Índia que bate os recordes com 14,3 milhões estimados. O Uzbequistão vem a seguir à Mauritânia, algo que se deve a uma imposição de trabalho forçado do próprio governo na apanha de algodão, e que está documentado por várias organizações, dizem no relatório.

O Qatar foi um dos países que “subiu” no ranking entrando no top ten dos países com maiores índices de escravatura: tem agora 1,4% da população em situação de escravatura (e os autores acham que esta é uma estimativa conservadora). A presença no top ten do Paquistão, República Democrática do Congo, Sudão, Síria e República Centro Africana é um reflexo do impacto da guerra na escravatura moderna, interpreta a Walk Free.

Já em relação à Mauritânia, a escravatura é algo difícil de erradicar porque está integrada na sociedade e é perpetuada pela tradição, passa de geração em geração e faz parte do sistema social, escrevem.

### *Meio milhão na Europa*

Apesar de ser a região do globo com o menor índice de escravatura, 1,6%, a Europa continua a ter mais de meio milhão de escravos entre as suas fronteiras - a maioria é para exploração laboral e sexual. Islândia, Irlanda e Luxemburgo são os países europeus com menor incidência de escravatura na Europa, enquanto a Bulgária, República Checa e Hungria têm os níveis mais altos. A Turquia tem, porém, o número absoluto mais alto, com mais de 185 mil.

O tráfico de seres humanos para a indústria da cannabis na Irlanda e a mendicidade forçada em França são alguns dos casos mais recentes. Cerca de 65% das vítimas de tráfico serão cidadãos da União Europeia, 70% das vítimas identificadas serão para exploração sexual e 19% para exploração laboral. Continuam a existir situações de servidão doméstica de cidadãos não-europeus nas casas de pessoal diplomático, escrevem.

Uma das novidades do Índice deste ano é medir as respostas dos governos à escravatura e a taxa de vulnerabilidade da população em cada país relativamente ao problema.

Em relação à resposta governamental, Portugal está em 23º lugar no ranking dos 167 países e em 17º no dos 37 países europeus. Já no índice de vulnerabilidade está no 150º e em 24º no europeu (neste caso, quando mais alta a posição, melhor). Para medir as respostas governamentais ao

problema foram usados cinco factores que devem estar incluídos na luta contra a erradicação da escravatura, de acordo com a Walk Free: identificação e apoio a vítimas, mecanismos de justiça criminal adequados, coordenação e responsabilização do governo central, combate às atitudes, sistemas sociais e instituições que facilitam a escravatura, e subcontratação.

O Brasil, que neste índice aparece em melhor posição do que Portugal ocupando o 14º lugar, é um dos países elogiados pelo relatório como um dos três que está a fazer um esforço para prevenir o recurso ao trabalho forçado e escravo nas cadeias de produção, ao lado dos Estados Unidos e Austrália. Estes países fizeram um compromisso público de combate à escravatura moderna nas suas cadeias de produção, como a Austrália, ou tomaram passos decisivos para garantir transparência como a criação da lista negra de empresas no Brasil em que são publicados os nomes das empresas que lucraram com trabalho forçado, escreve a Walk Free.

Quanto à vulnerabilidade da população à escravatura, ela baseia-se em cinco factores: as políticas de combate à escravatura moderna, as protecções dadas por direitos humanos, o nível de desenvolvimento económico e social, o nível de estabilidade estatal e a extensão dos direitos das mulheres e de níveis de discriminação.

### *O problema asiático*

Tal como no ano passado, este índice de 2014 mostra que quase dois terços da população escravizada está na região da Ásia-Pacífico. Trabalho forçado, tráfico para exploração sexual e casamentos forçados são as formas que a escravatura assume, e em países como a Índia e Paquistão a população, por vezes famílias inteiras, são escravizadas através de trabalho escravo na construção, agricultura, produção de tijolos, etc.

Nesta região, a Índia, Paquistão e Tailândia representam quase 50% do total da população mundial escravizada e isto “é um reflexo do facto de muitos dos países no sudeste asiático terem a mão de obra desqualificada que fornece a cadeia de produção de várias indústrias, da comida à tecnologia”.

“Há a ideia de que a escravatura é uma coisa de uma era passada. Ou que só existe em países afectados pela guerra ou pela pobreza. Estes dados mostram que a escravatura moderna existe em todos os países”, afirma Andrew Forrest, o fundador da Walk Free, citado no comunicado de imprensa do relatório.

Fonte: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/escravos-em-todo-o-mundo-sao-358-milhoes-1676528?page=-1> - 17.11.2014

## **Apesar dos progressos, invisibilidade ainda é desafio no enfrentamento ao tráfico de pessoas**

*Marcela Belchior*

A Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil anunciou um desempenho de 81,8% nas metas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas no país. Em um relatório elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça do governo federal em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime foi averiguado o progresso do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (IIPNETP), implementado pelo Ministério da Justiça do Brasil, por meio da aplicação de questionários e pesquisa documental.

Segundo o balanço, o plano tem possibilitado a elaboração de diversos mecanismos de integração dos sistemas nacionais votados ao atendimento de vítimas de tráfico de pessoas. Entre eles, estão: a inclusão do público vítima de tráfico de pessoas nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social e a produção de dados por este sistema, bem como a inclusão dos relatos de tráfico de

pessoas nos sistemas da Central de Atendimento "Ligue 180", além da produção de dados por tipo de exploração (laboral, sexual etc.). Por meio dessa política pública, o tema também passou a integrar as diretrizes para o atendimento na área da saúde.

O documento aponta que também foi proposta a inclusão da temática em 60 cursos aprovados para profissionais de educação e outros atores que atuam na rede de ensino e na área de direitos humanos, além da produção de informações e de listas da rede parceira dos postos consulares com vistas à identificação de casos de tráfico de pessoas.

Dentre as ações de enfrentamento, foi realizada ainda a inclusão de defensores públicos nas instâncias dos Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o acréscimo da temática em cursos de formação de policiais rodoviários,

inclusão do tema nas diretrizes e mecanismos de monitoramento para o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública (GGI).

Além disso, foram previstas oficinas de ligação e adidos da Polícia Federal em países estrangeiros, caso haja necessidade da articulação com a Rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, e a elaboração de projetos de Delegacia de Direitos Humanos para atuação da Polícia Federal em crimes relacionados à temática.

#### *Atentar para a dignidade humana*

Procurada pela Adital para avaliar as ações, a advogada Irmã Rosita Milesi, diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos e membro do Setor Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), avalia que o aspecto de incluir a temática do tráfico humano em cursos para profissionais da educação merece destaque, sobretudo pela abrangência que o tema passa a ter através da capilaridade que pode alcançar.

Retomando as reflexões da Campanha da Fraternidade de 2014, que teve como tema o Tráfico Humano, ela ressalva que é necessário aprofundar pontos importantes, como a questão central da dignidade do ser humano. Para Irmã Rosita, é necessário também levar à sociedade o debate sobre as diversas formas de escravidão que o tráfico de pessoas gera e as modalidades de exploração que esta prática criminosa produz.

"Buscando identificar todas as formas que ocorrem e promovendo a conscientização da sociedade de

que essa forma abominável de destruição da dignidade humana, que ocorre frequentemente para exploração sexual e para o trabalho escravo, também ocorre em outras modalidades como o casamento servil, o tráfico para a extração e comércio de órgãos, para a adoção irregular ou ilícita, arte mesmo para a mendicância, entre outras", destaca a advogada.

Irmã Rosita ressalta ainda que um grande desafio que persiste é o de superar a invisibilidade desta problemática e de um "submundo" em que são mantidas muitas vítimas. "São poucas as denúncias, são poucas as percepções da sociedade e, quando ocorrem essas situações, muitas vezes, não se tem a força ou os mecanismos para superá-las e para enfrentar as causas que estão na origem do tráfico humano e da exploração", comenta.

"A pobreza, a falta de oportunidades, a exclusão social ou mesmo o desejo de realizar um sonho, de ter um futuro brilhante, por um lado, e a ganância, a falta de ética e o poder, por outro — o lado dos traficantes — estão na base, são elementos que criam um contexto propício para o tráfico de pessoas", complementa a advogada. "O tema das migrações precisa ter maior visibilidade e ser assumido com maior importância pelas políticas públicas. Migrar é um direito de qualquer cidadão. Porém, ele precisa ser mais orientado e apoiado nesses processos para diminuir sua vulnerabilidade ao tráfico de pessoas", alerta Irmã Rosita.

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=84135> – 25.02.2015

## **Brasil investe em ações de combate ao tráfico de mulheres**

*Com o passaporte retido e mantidas em cárcere privado, elas são obrigadas a se drogarem e terem cerca de 10 relações sexuais diariamente*

"Tenho 32 anos, sou de São Miguel Paulista (SP), fui traficada e obrigada a me prostituir". Assim Daniela\* começa a contar sua história. Ela foi levada à Madri, Espanha, onde foi explorada sexualmente por cinco meses.

Na época, Daniela tinha 20 anos e era de família humilde. Esse é o perfil da maioria das vítimas do tráfico internacional de mulheres, um crime silencioso. Desempregada e cheia de dívidas, ela foi convidada por um aliciador – pessoa que aborda a vítima – para trabalhar como garçonete em São Paulo (SP). No mesmo dia, foi surpreendida ao ser levada para um prostíbulo, onde trabalhou por uma semana, e em seguida foi vendida para uma boate em Madri.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2005 (último levantamento referente ao tema), o tráfico de pessoas é apontado como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, que envolve cerca de 2,5 milhões de vítimas, e movimenta aproximadamente U\$ 32 bilhões por ano.

#### *Tráfico de pessoas*

Por ser um crime oculto e silencioso, é difícil delimitar um número específico de quantas mulheres são vítimas de tráfico para fins sexuais, mas o governo brasileiro tem trabalhado de forma integrada para combater o crime.



Hoje, 17 ministérios atuam com políticas públicas, estratégias de formação profissional, ações de prevenções e de repressão ao tráfico, além de parcerias com organizações não governamentais e representações e polícias internacionais.

“Este é um crime ainda muito invisível. Esperamos que aumente o número das denúncias cada vez mais e que as pessoas sintam coragem de revelar o que aconteceu. As mulheres ainda se sentem responsáveis por terem sido enganadas, por terem aceitado o convite”, destaca Fernanda Alves dos Anjos, diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça/Ministério da Justiça.

Crime chega a movimentar cerca de 32 bilhões de dólares por ano

#### *Ações do governo*

Uma das ações do governo brasileiro em resposta a este crime foi a criação dos Núcleos Estaduais de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs) e dos Postos Humanizados Avançados, que foram implantados para garantir os direitos das vítimas. Os espaços oferecem suporte às vítimas de tráfico internacional quando ainda estão no aeroporto, ou posteriormente, com o apoio direto emergencial, difusão de informações e promoção de ações de prevenção.

“A vítima chega no aeroporto de Guarulhos (em São Paulo), por exemplo, e o posto humanizado já faz a primeira atenção e direciona para os serviços necessários. Cada pessoa vai demandar níveis de atenção muito específicos. Às vezes acionam a defensoria pública, outras vezes, exames médicos, várias redes são acionadas para apoiar esse acolhimento”, destaca Fernanda.

Um marco do governo sobre o assunto foi a criação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que teve o primeiro balanço lançado em janeiro deste ano. O documento reúne análises e a avaliação sobre o funcionamento do sistema de monitoramento e o progresso das 115 metas e 14 atividades do II PNETP, desenvolvidas ao longo dos últimos 19 meses.

O balanço avalia os avanços e as dificuldades encontradas pelos órgãos para atingir suas metas, o que permite adotar estratégias para uma melhor execução do II PNETP para os próximos dois anos de sua vigência, que será até 2016.

O Ligue 180 Internacional é outra ferramenta de combate à violência contra mulheres. Criado em novembro de 2011, ele atende atualmente 15 países – Espanha, Itália, Portugal, França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa,

Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica e Luxemburgo. Cada país tem um número específico, que pode ser solicitado junto à Secretaria de Política para as Mulheres ou no próprio 180, e o atendimento é feito em português, inglês ou espanhol. Com o serviço, tanto as vítimas quanto as famílias podem buscar orientação e informações de como proceder diante do crime ou da suspeita dele.

Em maio de 2013, o Brasil se uniu a outros dez países na campanha Coração Azul, que atua contra o tráfico de pessoas. A ação é uma parceria entre o Ministério da Justiça e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e no Brasil recebeu o slogan “Liberdade não se compra. Dignidade não se vende”, que expressa o princípio base do trabalho que vem sendo realizado no enfrentamento ao tráfico de pessoas e reforça a luta contra este crime no País.

A ação tem como símbolo o coração azul, que representa a tristeza das vítimas e lembra a insensibilidade daqueles que compram e vendem seres humanos. O uso da cor azul também demonstra o compromisso da ONU com o combate ao tráfico de pessoas.

A informação ainda é a maior arma contra este crime.

#### *Como tudo começa*

O crime começa quando a vítima é abordada pelo aliciador, que oferece uma suposta proposta de emprego em outro país. Marco Aurélio de Souza, secretário-executivo do Projeto Resgate Brasil — uma das principais ONGs que trata do assunto — explica que esse profissional, na maioria das vezes uma mulher de meia idade e de boa aparência, é muito bem preparado para convencer a vítima que esse emprego vai proporcionar uma vida muito melhor.

“No dia da viagem elas são levadas para o salão de beleza e ganham um banho de loja. Ainda no avião, o criminoso retém o passaporte das vítimas e as levam diretamente para a boate para onde foram vendidas. Lá elas são informadas que só poderão sair dali quando conseguirem pagar o valor que custaram para o local. E tudo vira uma dívida impagável”, explica Marco.

Ele aponta que as vítimas têm, em média, entre 20 e 29 anos, ensino fundamental incompleto, 90% já têm filhos e aceitam o convite com o sonho de juntar dinheiro para comprar uma casa para mãe, que fica no Brasil cuidando do seu filho.

Nessas boates as vítimas são obrigadas a manter uma média de 10 a 15 relações sexuais por dia, a

beber e se drogar para acompanhar os clientes e gerar mais lucros para os estabelecimentos.

“Eu era espancada quando me recusava a me relacionar. Dividia o quarto sempre com outra brasileira e duas europeias, todas traficadas, dormíamos no mesmo quarto que atendíamos os clientes. Quando eu estava menstruada era obrigada a usar algodão para não demonstrar. A hospedagem era em condições insalubres, com o suficiente para sobreviver e gerar lucro para os traficantes. Eles fazem isso para que a vítima nunca consiga pagar suas dívidas e mantenha um vínculo financeiro impagável”, lembrou Daniela.

#### *A venda*

Valdir Monteiro, coordenador do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado de Goiás, explica um pouco da comercialização dessas vítimas. Ele afirma que cada mulher tem um prazo de validade dentro da boate e periodicamente são vendidas para outros estabelecimentos de regiões próximas para que não tenha perigo da vítima criar vínculos com os clientes.

“Na Espanha, por exemplo, já conseguimos confirmar que a cada 28 dias elas são vendidas, cada vez por um valor mais baixo. Essa rotatividade acontece porque a partir de um mês a vítima já cria um pouco de intimidade com os clientes, aprende um pouco da língua e consegue pedir socorro, explicando que foi traficada. A maioria consegue fugir com ajuda do cliente. Isso é fato”, diz Monteiro.

Depois de cinco ou seis meses, quando a vítima já foi vendida para todas as boates da região, ela é

solta, sem saúde, sem dinheiro, sem autoestima, e sem valor, como os donos de prostíbulos se referem a elas. Perdidas, sem orientação, e muitas vezes sem o apoio da família, acabam voltando a se prostituir para sobreviver. “Ninguém oferece nada de graça. Cuidado”, alerta Valdir.

#### *Em busca da reinserção na sociedade*

Daniela hoje é casada e mãe de família, mas mesmo após mais de dez anos de ter sofrido o tráfico, ainda sente o preconceito da sociedade. “Até hoje faço acompanhamento psiquiátrico e tomo remédio tarja preta. As pessoas ainda estão mergulhadas na ignorância de que prostitutas e traficadas são a mesma coisa e me discriminam por isso, e não são. Eu não tive a opção de não me prostituir. A única coisa que peço é que a sociedade entenda isso”, relata Daniela, que somente agora conseguiu uma chance de voltar ao mercado de trabalho.

“Depois de tanto sofrimento, quero ser a voz das mulheres que estão em cárcere privado sendo obrigadas a se prostituir, a consumir drogas e álcool para gerar lucro para os traficantes. Quero ser a voz das vítimas do tráfico para fins de exploração sexual que contraíram Aids e por vergonha nunca mais voltaram para a casa. Quero ser a voz das mulheres presas por tráfico de drogas porque foram obrigadas pelos traficantes de pessoas a consumir e repassar essas substâncias ilegais”, deseja Daniela.

*\*O nome Daniela usado nesta matéria é fictício.*

Fonte: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/brasil-investe-em-aco-es-de-combate-ao-trafico-de-mulheres> - 01.04.2015

## **Por dentro do submundo do tráfico de pessoas no deserto do Saara**

*Alex Duval Smith*

A cidade de Gao, no nordeste do Mali, é a porta de entrada do Saara para muitos imigrantes africanos que tentam chegar à Europa. Mas a travessia do deserto pode ser tão perigosa quanto atravessar o Mediterrâneo.

A reportagem observa um grupo de jovens está sentado em um complexo de fundo de rua, nervosos e em silêncio. Em um canto do quintal cercado por muros, há uma pilha de galões de cinco litros, cada um com uma capa de pano de saco.

Quando o próximo caminhão estiver pronto para partir para o deserto, os recipientes serão enchidos de água e entregues aos migrantes.

Cada um pagou até US\$ 400 (cerca de R\$ 1.220) por uma jornada incerta para a Argélia. Eles olham assustados e confusos. A maioria é incapaz de entender o francês que está sendo falado.

O lugar é chamado de “gueto”. É o coração do submundo do tráfico de pessoas de Gao.

Centenas de africanos que sonham com um futuro na Europa passam por um dos três “guetos” de Gao a cada mês.

A cerca de 2.000 km da costa do Mediterrâneo, Gao é o último ponto de relativa segurança antes de uma viagem de caminhão de seis dias pelo deserto que tira um número incontável de vidas.

“Eu avalio que os migrantes têm 10% de chance de chegar onde querem ir. Mas é uma escolha

deles", diz Moussa, um aliciador (coaxer) de 26 anos.

Seu trabalho é entrar nos ônibus que chegam do sul do Mali e mandar os migrantes para seu chefe do gueto.

"Você entra no ônibus cerca de 20 km antes de Gao. Você anda entre os assentos dizendo que foi enviado por Abdoulaye ou Ibrahim - qualquer nome comum do Mali serve - e que você está lá para cuidar de jornada deles."

"Os caras levantam as mãos", diz Moussa, que recebe 5.000 francos CFA (cerca de R\$ 30) por cada migrante que leva para o chefe do gueto.

#### *'Cidade da cocaína'*

Gao é uma cidade de prédios baixos e ruas largas de terra vermelha.

Sua economia é em grande parte baseada no tráfico. Humanos são comercializados aqui como barris de combustível e caixas de macarrão ou frigoríficos da Argélia.

É um ponto de passagem conhecido para o lucrativo comércio de drogas da América do Sul, na medida em que tem um subúrbio conhecido como "Cocainebougou" - Cidade da Cocaína - onde casas de dois e três andares contrastam com o entorno poeirento.

Com tanta coisa em jogo, Gao passou por terríveis combates quando rebeldes sob várias bandeiras-tuaregues separatistas e islâmicos - varreram o norte do Mali em 2012, levando a uma intervenção militar francesa no ano seguinte.

O agenciador que passa a bordo do ônibus antes de chegar a Gao explica a ordem relativa em uma garagem de ônibus dirigida pela Sonef Transport em Gao.

Vejo três homens jovens, com quase nenhuma bagagem e vestindo roupas com as quais claramente dormiram, sendo levados para um táxi.

O mecânico-chefe Sardou Maiga diz que as redes de tráfico usam o cansaço dos migrantes e sua ignorância de geografia.

"Os que você acabou de ver compraram passagens de ônibus de Bamako (capital do Mali) até a Líbia. Nós temos um serviço de ônibus para Niamey (a capital do Níger) e daí até Arlit, na fronteira com a Líbia", diz ele.

"Mas os passageiros têm de trocar de ônibus aqui em Gao e é aí que os aliciadores os desviam e os vendem para caminhoneiros tuaregues que vão para a Argélia."

"Eles podem morrer nessa jornada, porque, se houver dificuldades, os pilotos vão abandoná-los pelo caminho no deserto."

Os migrantes muitas vezes não sabem sequer que há um deserto pela frente. Menos ainda que os

traficantes dirão, a 100 km da fronteira da Argélia, para que eles desçam e sigam a jornada a pé.

#### *Depoimento: Theodis Windel Dennis, 26 anos, da Libéria*

"Eu tinha US\$ 1.000 quando saí da Libéria, há uma semana. Fui para o Senegal, onde paguei US\$ 400 por uma passagem para ir para o Marrocos. Mas fui enganado. Havia muito mais para pagar depois. Então fui para Bamako e paguei pelo transporte até a Argélia.

Havia entre 15 a 20 pontos de verificação até o Mali. Em cada um, o Exército do Mali te assedia por dinheiro - você precisa pagar entre 1.000 e 5.000 francos CFA ou eles te tiram do ônibus.

Quando o ônibus chegou a Gao, roubaram minha bolsa com meu telefone, o creme do meu cabelo, o resto do meu dinheiro e meu passaporte. Mas eu vou continuar... preciso achar um trabalho na Argélia.

Quero ir para a Europa; quero trabalhar por dinheiro. Eu estudei, me formei no ensino médio. Minha mãe é muito velha, meu pai morreu, então tenho muita dificuldade na Libéria. Não me importo se é perigoso; não tenho medo. Só preciso sair da África."

#### *'Voltar é vergonhoso'*

Ibrahim Miharata, de 45 anos, é gerente do Direy Ben, que significa que "o caminho para a fortuna chegou ao fim", um albergue para os migrantes que estão com a sorte em baixa.

Ele tem financiamento da Cruz Vermelha do Mali e da Igreja Católica Romana e pode receber até 70 migrantes.

Miharata diz que tem visto muitas pessoas chegando de Gâmbia recentemente.

"Muitos retrocederam após terem tido os planos adiados pela guerra na Líbia", diz o gerente do albergue.

"Quando eles voltam para Gao estão muitas vezes desesperados e, às vezes, mentalmente perturbados."

"Imagine alguém que deixou sua família há um ano. A família vendeu duas cabeças de gado para bancar sua viagem."

"Ele recebeu US\$ 800 ou US\$ 1.000. E agora tem que voltar para casa sem um centavo. É vergonhoso. É o suficiente para fazer você ficar louco."

Miharata calcula que até 900 migrantes africanos passem por Gao a cada mês e deixem o local em caminhões até a estrada para Kidal e o Saara, com destino a Tamanrasset, na Argélia.

Outros - aqueles que ficam nos ônibus da Sonef - continuam para o leste em direção ao Níger e à Líbia.

"A razão para que Gao seja um ponto de trânsito crucial para o comércio é que ele oferece uma das travessias do deserto mais baratas e curtas - cerca de cinco ou seis dias", diz Miharata.

"Assim, mesmo se você vem da Eritrea, você pode atravessar o deserto a partir daqui. Tudo depende de que conselhos você recebe pelo caminho."

Ele estima que Nigéria, Camarões e Gâmbia são os três principais países cujos jovens homens - principalmente - estão deixando a região desta forma.

"É difícil ser categórico porque migrantes mentem sobre sua origem. Mas a maioria, certamente, fala inglês como língua nativa."

## Vidas esquecidas, águas assassinas

*Pe. Alfredo J. Gonçalves*

De janeiro até o final de abril de 2015, mais de 33 mil migrantes cruzaram as águas do mar Mediterrâneo, desembarcando no sul da Itália. O número já é superior aos 24 mil que fizeram o mesmo no decorrer de todo o ano de 2014. Boa parte dos que deixaram a outra margem, entretanto, jamais chegou a colocar os pés no velho continente europeu. Centenas e milhares perderam a vida em naufrágios cada vez mais frequentes nessa "aventura" perigosa e dramática.

Entre esses milhares de migrantes (refugiados, prófugos, fugitivos...) – provenientes do Iraque, Síria, Afeganistão entre outros países do Oriente, como também da Eritreia, Etiópia, Egito, Nigéria, Tunísia Líbia e outros países da África – vem crescendo progressivamente o número de mulheres e crianças. Destas últimas, não poucas deixaram para trás de si os pais falecidos. Filhos órfãos, sós e perdidos da pobreza e da miséria, da violência e da guerra.

No dia 7 de maio de 2015 foi encontrado no fundo do mar o barco que afundou há algumas semanas com cerca de 800 pessoas a bordo. Segundo a Guarda Costeira italiana, e de acordo com as imagens fornecidas pelo submarino robô, a nave "parecia cheia de corpos". Imagem viva do desespero que marca essa fuga da morte e essa busca por uma vida cada vez mais distante.

Nessas "águas assassinas", quantos sonhos se despedaçam, terminam em pesadelo! Além da pobreza e da violência como fatores de expulsão, não podemos ignorar a prática do "tráfico de seres humanos" por parte de traficantes oportunistas, audaciosos e sem escrúpulos. Muitos deles, aliás,

Embora ele tenha um albergue para os migrantes em dificuldades, ele também é dono de um ônibus que vai para Kumasi, em Gana.

"O Diary Ben ajuda a pessoas em dificuldades, mas eu também sou um ex-migrante - eu fui para a Tunísia e a Costa do Marfim, no meu tempo - e eu sou a favor da livre circulação de pessoas", diz Miharata.

"Se você quiser ganhar a vida em Gao, o negócio da migração é sua única opção."

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3461-por-dentro-do-submundo-do-traffic-de-pessoas-no-deserto-do-saara> - 22.04.2015

vêm sendo identificados e detidos pelas autoridades de ambos os lados.

Tampouco podemos ignorar a "globalização da indiferença", para usar a expressão do Papa Francisco. O governo central italiano promoveu uma tentativa de dividir os esforços da acolhida com todo o território nacional, mas a proposta foi rejeitada por alguns municípios e regiões. Simplesmente não querem saber da possibilidade de receber os migrantes, ainda que em pequenas quantidades.

Quanto aos demais países da Europa, sobram discursos, encontros e promessas. Mas falta empenho e faltam gestos concretos. Visivelmente transparece o medo e a aparente ameaça que representariam "esses estrangeiros intrusos" – numa atmosfera que lembra a ideologia da segurança nacional, herança maldita dos regimes de exceção e dos tempos da guerra fria.

Do ponto de vista da opinião pública e da mídia em geral, é preocupante a confusão que se faz entre o fenômeno migratório, de um lado, e, de outro, os distúrbios de ordem social e o terrorismo internacional. Cresce a ideia da criminalização da mobilidade humana. Migrar converteu-se num delito – dizem não raro, embora com palavras e argumentos sofisticados e oblíquos, alguns expoentes da política, da comunicação social e de entidades da sociedade civil.

Enquanto isso, prossegue a travessia, prosseguem os naufrágios e sobe o número de mortos e desaparecidos!...

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&langref=PT&cod=85010> - 13.05.2015

## Libertados em condição de escravos estão mais velhos e escolarizados

Dados obtidos com exclusividade pelo G1 compõem novo perfil no país. Nº de mulheres libertadas chega a 10%; veja a origem dos resgatados.

Thiago Reis

Os jovens já não são maioria; os analfabetos, também não. E cada vez mais mulheres compõem o grupo de libertados em condições análogas à escravidão no país. É o que mostram dados exclusivos do Ministério do Trabalho, tabulados a pedido do G1 – veja a página especial.

O perfil dos resgatados pelos grupos móveis de fiscalização tem mudado ano a ano. Em 2007, 56% dos libertados no Brasil eram jovens. Em 2014, o grupo deixou de compor a maioria: 46% dos resgatados possuíam até 29 anos.

Em relação à escolaridade, os dados mostram uma mudança ainda mais significativa. Em 2007, 44% dos trabalhadores eram analfabetos, ante 14% em 2014 – no país, a taxa é de 8,5%. No ano passado, havia ainda duas pessoas com ensino superior completo, fato inexistente sete anos antes.

Para o procurador Jonas Ratier, coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do MPT, um foco maior da fiscalização nos centros urbanos explica os indicadores. “Em 2007, por exemplo, em uma só operação, foram resgatados mais de mil indígenas, de várias aldeias, a grande maioria analfabeta. Foi uma época também de blitzes concentradas em usinas de álcool, sendo os resgatados trabalhadores predominantemente rurais. A gente chegou a fazer uma libertação grande em uma usina em que nenhum dos trabalhadores sabia escrever nem assinar o nome. O filho de um deles que ajudou na hora da rescisão.”

Mesmo com a diminuição do número de analfabetos, a baixa escolaridade ainda prevalece: 50% tinham até o 5º ano incompleto em 2014. “Esses números nos envergonham. Trata-se de uma questão estrutural do país. Só com educação a gente conseguirá sair desse ciclo vicioso de exploração do trabalhador. Hoje, como eles não têm o básico, a formação de primeiro grau, não conseguem nem sequer fazer um curso de qualificação, se inscrever no Pronatec”, diz Ratier.

### Mulheres

Outro dado que chama a atenção é o que diz respeito às mulheres. Em 2007, apenas 3% do total de libertados eram do sexo feminino, contra 10% no ano passado.

Para o coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do MPT, o dado também tem relação com o aumento das fiscalizações nas cidades, especialmente nas oficinas de confecção. “Na área rural, as mulheres normalmente atuam como cozinheiras na frente de trabalho ou catando bitucas (os restos da cana), um número muito baixo.”

Quanto à origem dos trabalhadores, é possível perceber um aumento do aliciamento no Sudeste. Em 2007, apenas 4% eram provenientes de um dos quatro estados da região; em 2014, o número subiu para 19% (quase 1/5 do total). O Nordeste continua líder (se, em 2007, 42% foram arregimentados na região, em 2014, foram 50%) – veja o mapa com todas as cidades de residência dos resgatados.

O levantamento do Ministério do Trabalho foi feito com base nos dados referentes ao pagamento do seguro-desemprego. O direito é concedido aos trabalhadores que são submetidos a condições análogas à escravidão, acabam resgatados pelos grupos móveis e não possuem renda própria. São três parcelas mensais no valor de um salário mínimo cada uma.

Em 2007, 5.610 trabalhadores foram cadastrados no sistema; em 2014, foram 1.440.

### ‘Escravo de luxo’

Um dos libertados no ano passado, Anderson Matsuura é um retrato dessa mudança de perfil. Resgatado em um navio de luxo da MSC Cruzeiros, ele tem 34 anos e ensino superior incompleto. Além do português, fala inglês, italiano, espanhol e japonês. Sua mulher, Letícia, que também foi libertada na operação realizada na Bahia, junto com outros nove tripulantes, tem 24 anos e um curso universitário inacabado.

Os dois foram resgatados após relatarem rotinas extenuantes de trabalho, ameaças, assédio moral e condições subumanas de alimentação. Matsuura emagreceu 14 quilos durante os três meses em que esteve embarcado e teve uma lesão causada pelo excesso de peso que era obrigado a carregar.

“Havia uma perseguição por parte do nosso chefe, que era filipino e dizia que ‘todo brasileiro era vagabundo’. Ele colocava a gente no horário de folga para fazer reunião. Ligava de madrugada

para fazer cobranças. Em apenas dois dias, eu tive que trabalhar 36 horas e ainda era obrigado a assinar uma folha de ponto falsificada. A comida não era a mesma dos passageiros, era de péssima qualidade, tinha galinha com pena ainda, barata. Teve uma hora que a situação ficou insustentável”, conta Matsuura, que trabalhava como camareiro no navio.

Mais de um ano depois do resgate, Matsuura vive hoje como autônomo no ramo da informática em Fortaleza (CE). Ele diz que não se arrepende de ainda jovem ter largado a faculdade de engenharia química para trabalhar em embarcações e que planeja agora cursar direito. Rejeita, no entanto, qualquer possibilidade de voltar a trabalhar em um navio. “Era uma paixão. Mas o sonho acabou.”

“Eu fico indignado que uma empresa grande como a MSC, que faz toda uma propaganda voltada às famílias, não dê condições humanas de trabalho. Hoje, não guardo mágoa e não quero causar nenhum dano patrimonial à empresa, pelo contrário, ela gera empregos. Queria apenas que ela olhasse para seus trabalhadores, fosse mais humana.”

A ação coletiva em favor dos trabalhadores resgatados do navio da MSC deve ter um desfecho nos próximos dias, quando deve ser proferida a decisão da juíza Priscila Cunha Lima de Menezes, da 37ª Vara de Salvador.

Em nota, a MSC Cruzeiros informa que, durante a temporada 2013/2014, seus quatro navios que estiveram no Brasil passaram por intensas e repetitivas inspeções por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e que, dos 4.181 tripulantes, 1.243 eram brasileiros. “Após análises detalhadas de milhares de folhas de documentação e centenas de entrevistas com tripulantes, no dia 1º de abril de

2014 o Ministério do Trabalho e Emprego esteve a bordo do MSC Magnifica e alegou irregularidades na jornada de trabalho de 13 tripulantes brasileiros, solicitando-os a desembarcar. Destes, 11 aceitaram desembarcar, mas dois se recusaram e decidiram continuar trabalhando a bordo.”

“A MSC Cruzeiros reitera que está em total conformidade com as normas de trabalho nacionais e internacionais e está colaborando com as autoridades competentes. Sendo assim, a MSC repudia as alegações feitas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e já apresentou sua defesa. Cabe ainda mencionar que, durante a última temporada brasileira 2014/2015, diversas inspeções foram conduzidas sem que qualquer irregularidade fosse constatada”, informa.

A empresa diz que, “como parte do contínuo processo de aperfeiçoamento, entre outras medidas, contratou um profissional de Recursos Humanos para cada navio, de modo que os tripulantes de todas as nacionalidades possam receber o apoio e o suporte necessários durante a permanência a bordo das embarcações”.

#### Desafios

Jonas Ratier diz que ainda há um longo caminho para que o país erradique o trabalho escravo contemporâneo. “O Estado brasileiro, por meio de políticas públicas de combate ao trabalho escravo, principalmente a repressão, é exemplo internacional. Mas na parte da prevenção e da reinserção dos trabalhadores ainda deve. Mais ações são necessárias para que eles não voltem mais à cadeia da exploração”, afirma.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/libertados-em-condicao-de-escravos-estao-mais-velhos-e-escolarizados.html> - 11.06.2015

## ENGLISH

### A forced bride: 'We survive for each day'

*Kachin women who venture into China for work are vulnerable to falling prey to abductors looking for marriage.*

*Nina Wegner*

When Lamung Bawk Din, 26, jumped out of her husband's second-storey window, she had only one thought in her mind: "If I stay here any longer, I will go crazy."

This happened in 2008, and Bawk Din was 19 years old. As an ethnic Kachin woman from northern Shan State, one of several conflict zones in Myanmar, Bawk Din had already lived through

war, conflict, and ethnic persecution at home. With only a primary school education, a sick mother and numerous younger siblings to look after, Bawk Din did what many Shan and Kachin girls do: She crossed illegally into China to find work.

That's when her life, already plagued with troubles, took a turn for the worse.

After working for three months at a sugar plantation in Jinghong on the Myanmar-China border earning \$8 a day, Bawk Din was lured by an acquaintance to travel further into China for a better job. Bawk Din took the bait. She did not know she was to become a forced bride and virtual prisoner to a man she had never met.

According to the Kachin Women's Association of Thailand (KWAT), the vast majority of trafficking cases on the Myanmar-China border involve migrant workers who cross illegally into China due to extreme poverty or displacement from conflict.

Kachin and Shan women are especially easy targets for traffickers, said Awn Nang, anti-trafficking programme coordinator for KWAT, because many "do not speak Chinese, do not have border passports or identification, and are quick to trust others".

Such was the case with Bawk Din and five other women who journeyed for three days by train to Beijing. Once there, the women were split up - Bawk Din never saw them again. Her escort brought her to his family, where she discovered she was to wed his younger brother.

"When I told the family that I wanted to go home, they said 'no, we already paid for you,'" Bawk Din told Al Jazeera. The family had paid about \$6,500 to her trafficker in Jinghong, and their plans for her included producing children.

#### *Gender imbalance in China*

The 2013 US State Department Trafficking in Persons (TIP) report stated that the demand for such brides is growing in China, where the one child policy and a cultural preference for male children has created a significant gender imbalance. According to the report, the ratio of male to female births is 118 to 100. The Chinese Academy of Social Science estimates that by the year 2020, men of marriageable age will outnumber women by 24 million.

This need for marriageable women is exacerbated by rapid development within China, said Paul Buckley of the United Nations Action for Cooperation against Trafficking in Persons.

"It's not just about the gender imbalance, but it's also related to increasing migration in China... A lot of women are leaving villages and going to work in industrial centres," Buckley told Al Jazeera. In a country with a strong cultural imperative to have children, men in rural communities are left with fewer potential partners, and families have begun to look for alternative means for marriage.

A 2008 KWAT report documenting 163 trafficking cases, found that most forced brides were married to farmers. Some women reported being shown to many men, sometimes in marketplaces, before being chosen. However, the issue is not strictly a rural one, and a few women, like Bawk Din, were taken to larger cities like Beijing.

Five days after Bawk Din arrived at the house in Beijing, she was forced to participate in a wedding ceremony. From then on, she was placed under virtual house arrest.

"They locked me inside the compound because they knew I was from Myanmar and they worried that I would run away," she said. "I never had a chance to go outside, and I only ate what they gave me."

Eventually, Bawk Din was allowed to call her mother, who was shocked to find her daughter had been abducted and married to a man in China.

"My mother was looking for me but ... China is very big," said Bawk Din. "She didn't have the money to pay for the transportation to look for me."

#### *Cultural stigmatism*

With possessions, homes, land, and livelihoods seized or destroyed in conflict, few Kachin and Shan families have the resources to locate missing family members. Additionally, there is little recourse against the cultural stigmatism that follows if a trafficking victim does manage to return home.

"Survivors often face discrimination after they return to their communities," Awn Nang told Al Jazeera. "Some parents won't allow marriages to trafficking survivors, and most survivors don't get the same livelihood opportunities."

After nearly a year of being held captive, Bawk Din secreted away about \$162, enough to travel to the Myanmar border. One morning, she ripped out the screen from her second-storey window and jumped over the compound fence. She fled to a train station, where police detained her because she did not have identification. Fearing she might be returned to Chang Saan if she told them she was married, she said she had come to China to work. The police wrote a recommendation for her return to Myanmar.

Bawk Din arrived home on the day after Christmas, a meaningful day for the Kachin, who are predominantly Christian. Neighbours and friends thought she had come home for the holiday, not realising she had just escaped from a forced marriage. Bawk Din did not correct them for fear of being ostracised.

Eventually, word spread that Bawk Din had been trafficked, and she decided to be open about her experiences. She was lucky enough to fall in love with a Kachin man who did not reject her for her past - but his mother did.

"When my husband and I visit my mother-in-law, she doesn't talk to me," Bawk Din said. "The only thing she talks about is how we will divorce."

For many trafficking victims, hiding the past is their only defence against ostracism. Consequently, very few trafficking cases are reported, and the Kachin Independence Organisation (KIO), the proclaimed government of Kachin State, struggles to enforce anti-trafficking policies.

"We cannot assess every trafficked person. Only when citizens contact aid organisations do we know that trafficking has occurred," said Labang

Doi Pisa, chairman of the KIO-run IDP and Refugee Relief Committee.

### *Renewed conflict in Myanmar*

Other recent factors aggravate the situation. Since June 2011, renewed conflict between the Myanmar military and the Kachin Independence Army has created more than 100,000 internally displaced persons (IDPs) in Kachin and Shan states. As homes and livelihoods are destroyed, many cross into China for refuge or work, and some never come back, said Labang.

As for Bawk Din, life is still full of challenges. She, too, has been displaced by the renewed conflict. She now lives in an IDP camp in Shan State, and without skills or capital, she earns money by collecting jungle vegetables to sell at the market. But she is happy to be with a husband of her choice.

"We fell in love," she said. "Today we are okay. But we are poor. And we survive for each day, every day."

Fonte: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/08/forced-bride-survive-each-day-201487114436396156.html> - 09.08.2014

## **Survey shows modern day slavery rife in Malaysian factories**

Nearly a third of some 350,000 workers in Malaysia's electronics industry — a crucial link in the international consumer supply chain — suffer from conditions of modern-day slavery such as debt bondage, according to a study funded by the US Department of Labour.

The survey by Verite, an international labour rights group, found that abuse of workers' rights — particularly the tens of thousands from low-wage countries like Nepal, Myanmar and Indonesia — was rife in a US\$75 billion (RM241.2 billion) sector that is a mainstay of the Southeast Asian country's export-driven economy.

Several US, European, Japanese and South Korean multinationals have operations in Malaysia, including Samsung Electronics Co Ltd, Sony Corp, Advanced Micro Devices, Intel, and Bosch Ltd

Some big brands use suppliers such as Flextronics, Venture Corporation, Jabil Circuit, and JCY International to make parts for smartphones, computers and printers.

The US government funding adds credibility to a report which is likely to come as a surprise to many consumers.

Malaysia is a middle-income country where labour standards have been seen as better than in some of its Asian neighbours such as China, where questionable labour practices have drawn scrutiny in recent years.

Verite did not single out any companies in its report, released today, but blamed a system in which government and industry policies have given Malaysian recruitment firms increasing control over workers' pay and other conditions.

"These results suggest that forced labour is present in the Malaysian electronics industry in more than isolated incidents, and can indeed be characterized as widespread," the group said.

Several US companies with operations in Malaysia told Reuters they could not comment until seeing the full report. An Intel spokesman said most of the chipmaker's 8,200 employees in the country were Malaysian and it did not use contractors. Flextronics said it was aware of issues related to foreign workers and had "rigorous" policies to prevent abuses.

Malaysian government officials did not immediately respond to requests for comment.



The study comes three months after Malaysia was downgraded to Tier 3 in the U.S State Department's annual Trafficking in Persons report, which cited a lack of progress in protecting the rights of about four million foreign workers.

The report, based on interviews with 501 workers, found that 28 per cent of employees were in situations of "forced labour", where work is coerced through factors including indebtedness from excessive fees charged by recruiters.

That figure rose to 32 per cent for foreign workers, who are often misled about salary and other conditions when they are recruited in home countries, and are commonly charged excessive fees that lead to indebtedness.

Verite said the numbers were based on conservative definitions. It found that 73 per cent of workers displayed "some characteristics" of forced labour.

#### *Stability, low costs*

Malaysia's electronics and electrical industry made up 33 per cent of exports in 2013. In 2011, foreign investment in the sector accounted for US\$2.68 billion, or 86.5 per cent of the total.

Malaysia has benefited in recent years from a reputation for stability and low costs, gaining fresh investment after floods in Thailand in 2011 crippled factory operations there.

## **Human trafficking in Pakistan: Not for sale**

*Saba Karim*

Fourteen-year-old Kanwal Shah, a Pashtun girl living in the northwest region of Khyber-Pakhtunkhwa (K-P), was walking home from school one day when she was hit on the head by a couple of unknown men. When she woke up next, she found herself at a brothel in the remote southeastern town of Khanpur. "I didn't know what had happened to me or where I was," shares Kanwal. "When the drugs wore off, they told me I was to be a prostitute." When Kanwal refused to comply, the brothel owner Ajmal Hussain resorted to torture, sexual abuse and use of drugs to get his way. According to Kanwal she was held hostage for six years, during which the girls at the brothel were forced to sleep naked so that they would be 'dishonored' and, thus, forced to stay there. Two of the girls, Jahanara Bibi and Qudsia Mir, were killed, when they adamantly refused to sleep with customers.

On average, workers in the survey were found to have paid RM2,985 to brokers in their home country and in Malaysia as payment for their passage and jobs. That is more than the average per-capita annual income in Nepal.

Unable to afford a lump sum upfront, more than two thirds of workers who paid broker fees had to borrow money.

One in five immigrants were working more than the suggested 60 hours of overtime a week — the industry's international standard limit — the group said. Malaysian law allows employees to clock up to 72 hours of overtime.

Malaysian laws have been amended in recent years to encourage the growth of recruitment companies that provide workforce services to multinationals, including paying, accommodating and disciplining employees.

"Liability over violations of worker rights is obscured, creating vulnerability on the part of the worker to exploitation and abuse," the group said.

The group found workers' passports were often confiscated by recruitment firms, which is illegal in Malaysia. Some firms were found to charge more than US\$1,000 for a worker to "borrow" his or her own passport. — Reuters

Fonte: <http://www.themalaymailonline.com/malaysia/article/survey-shows-modern-day-slavery-rife-in-malaysian-factories#sthash.7jqzlrK.dpuf>

17.09.2014

Kanwal, however, was one of the lucky ones and got an opportunity to escape, with the help of Ahsanullah Rahim, a worker at the brothel. The two got married soon after, which complicated the situation further as Ajmal claimed that she was already married to him. Initially, Pakistani authorities charged Kanwal with adultery and were keen on having her returned to the brothel. The courts, however, eventually issued a restraining order against the brothel owner and Kanwal was sent to Darul Aman, a shelter for women in Lahore.

Kanwal's tragedy mirrors the plight of thousands of young girls and women in Pakistan who fall victim to human trafficking every year. According to the United Nations Regional Information Centre for Western Europe (UNRIC), human trafficking is often quoted as the third most lucrative source of organised crime revenue in the world after arms and drugs trade. According to the United Nations Global Initiative to Fight Human Trafficking, the

exploitation of all trafficked forced labour results in an estimated annual global profit of \$31.6 billion. Southeast Asia and South Asia house the greatest number of internationally trafficked people — an estimated 2.5 million and 1.5 million, respectively. According to the 2012 ‘Global Report on Trafficking in Persons’, released by the United Nations Office on Drugs and Crime, victims of 136 different nationalities were detected in 118 countries worldwide between 2007 and 2010.

Trafficking victims are used for domestic service, bonded labour, prostitution, as camel jockeys and as beggars by begging mafias. In some cases, they are also smuggled off to conflict-ridden areas such as K-P, where they are used for militancy. This was the case with seven-year-old Affan, who was kidnapped by his madrassah teacher in Gujranwala and transported to a village in K-P. Here, he was shown his first weapon and also given extensive training on suicide missions. “I was scared that one day I would be killed in a suicide attack and my family would never even know what happened to me,” says Affan. “I always prayed for a miracle.” Even though he was rescued by one of his uncles 25 days later, the family had to relocate in order to avoid being found or killed at the hands of extremists. Affan was fortunate enough to live to tell his story but there are many others who spend their entire lives in the hope of being rescued and to return to their loved ones someday. “When I escaped, I was very thankful but felt guilty over leaving behind so many of my peers who hadn’t been rescued like me,” he says.

### *The ugly numbers*

Pakistan has been identified as one of the key sources of women trafficking globally. According to the ‘Global Slavery Index’ report compiled by the Australia-based campaign Walk-Free, Pakistan has the third highest population of enslaved individuals in the world. A recent report released by the US State Department highlights that Pakistan may join the Tier 2 Watchlist for Human Trafficking, as it has not undertaken satisfactory measures to combat the issue. If that happens, the country may face suspension of financial aid amongst losing other privileges. Currently, Pakistan is also facing challenges in implementing the Trafficking Victims Protection Act (TVPA), a critical anti-trafficking law which requires coordination with foreign governments to prevent trafficking and protect victims.

According to the Federal Investigation Agency (FIA)’s Red Book, the number of ‘most-wanted’ human trafficking networks from Pakistan was 141

last year, 132 in 2012 and 95 in 2011. The majority of these human traffickers belonged to Gujrat and Gujranwala, while the rest were from Sialkot, Rawalpindi, Mandi Bahauddin, Sialkot and Azad Jammu and Kashmir. This network of 141 human traffickers encompasses over 7,890 individuals, who illegally transported 8,234 Pakistanis through various routes to the Middle East, European and African countries last year. The FIA has also intercepted over 61,200 people at the Pakistan-Iran and Pakistan-Afghanistan borders since 2009. The most common routes used by traffickers include Gulistan, Chaman, Rabat, Nushki, Chagai, Mand Ballu, Panjgur, Taftan and Turbat.

### *When humans are bought and sold*

The wide prevalence of human trafficking in Pakistan can be attributed to a number of factors, with poverty being the key cause. Since nearly 23% of the country’s population lives below the poverty line, it automatically makes them keen to accept any employment opportunity and hence, become easy targets for traffickers. This has been witnessed in a vast majority of cases for both labour and sex trafficking, where the victim is lured with false promises of employment and better economic prospects. Social inequalities and gender-based injustice (particularly towards women and children), early marriages and domestic violence also lead to economic dependency and vulnerability. In many situations, women attempt to escape such situations by seeking employment opportunities, but end up subjecting themselves to even worse consequences.

The situation is aggravated further due to the country’s porous borders and huge lapses in the law and order system. Advancements in technology have also made it easier for traffickers to communicate and coordinate across borders and carry out their operations in a more systematic manner.

### *Scarred for life*

The physical and psychological torture of trafficking victims results in serious medical and emotional trauma. For example, malnutrition and starvation can lead to serious weight loss, as in Affan’s case, who lost 4kgs in 25 days. Other common injuries include broken bones, concussions and burns. Victims of labour trafficking often experience visual and hearing problems due to working in hazardous agriculture or construction environments. In some cases, proximity to chemicals can also lead to respiratory and skin-related disorders. Women, in particular, suffer from reproductive health issues

due to sexual assault and may even end up with sexually transmitted diseases.

Psychological scars of these experiences, however, are perhaps more long-lasting than the physical suffering. Victims of trafficking experience feelings of helplessness, guilt, self-blame, shame, humiliation, depression and post-traumatic stress disorder. In some cases, victims also resort to substance abuse to curb their depression which exacerbates the problem. “I would forget the humiliation, the disgrace and the torture I had suffered after I would take the drug,” says 17-year-old Aasiya, who was kidnapped from her neighbourhood by a Sahiwal-based trafficking group. She was then tortured and gang-raped and tossed into a room with four other girls. It was during this time that Aasiya turned to drugs in order to numb her senses. “But when the effect of the drug wore off after a few hours, I would once again realise that my life was over before it had even begun,” she says.

At times, trafficking victims also experience the ‘flat effect’, a sense of numbness and detachment and a disassociation from the physical and emotional trauma. In rare cases, they may also suffer from ‘trauma bonding’ and begin to identify with the trafficker, despite being subjected to repeated abuse. This can potentially be the most dangerous outcome.

#### *Victims to survivors: A long way home*

While Pakistan has taken certain interventionist measures over time to curb human trafficking, a lot more needs to be done. According to Dr Ali Khan, associate professor and chairperson for the department of humanities and social sciences at the Lahore University of Management Sciences (LUMS), the aspects that require immediate attention are awareness and prevention of trafficking along with rehabilitation of those who have returned home. “The journey from victim to survivor is perhaps the most critical,” says Khan. “Hence restoring dignity, security and respect for victims through a structured support system including shelters, rehabilitation units and counselling are the need of the hour.”

The government currently runs approximately 44 shelters for rehabilitating women including various Darul Amans. Organisations such as the Human Rights Commission of Pakistan, Lawyers for

Human Rights and Legal Aid, Ansar Burney Trust, Sahil, Rozan, Aurat Foundation, Shirkat Gah and Madadgar have also been working actively to combat the practice and help out those who have gone through the ordeal. International organisations such as the USAID, The Canadian International Development Agency, The Department for International Development, United Nations Development Program and The European Commission have also played an important role by launching several advocacy and capacity-building programmes in the country.

“The United States works through international organisations and directly with the government of Pakistan to improve law enforcement’s capacity to prevent, detect and prosecute human trafficking,” shares an official at the US Consulate in Karachi. He elaborates that this year’s report on human trafficking shows that the government of Pakistan does not fully comply with the minimum standards for the elimination of the practise but is making significant efforts to do so.

“Whilst efforts are underway in Pakistan, they are currently occurring in silos,” says Khan. He emphasises the need for formulating and implementing synergised policies in order to maximise collective impact. Protecting victims’ rights, pursuing traffickers through gathering data wherever they may operate and restoring the freedom of survivors should be a priority, he adds. Professor Farkhanda Aurangzeb, director coordination at the Aurat Foundation, also emphasises the need to improve methods of detecting victims, change the mindset of law enforcement agencies and convict the perpetrators of this heinous crime with exemplary punishment.

Finally, in order to make any meaningful long-lasting difference to the current state of affairs, those unaffected by the issue need to be as motivated to change things as the direct stakeholders since silence around injustice, cruelty and abuse of power is as criminal as the offence itself.

*\*Names have been changed to protect privacy of individuals.*

*Saba Karim has read anthropology from the University of Oxford. She tweets @SabaKarim*

Fonte: <http://tribune.com.pk/story/782953/human-trafficking-in-pakistan-not-for-sale/>

02.10.2014

## **Human Trafficking, A Booming Invisible Industry**

*Vathani Panichellvum*

Human trafficking in Malaysia is an invisible industry, as it happens behind closed doors away from the public eye, said Tenaganita, a migrant NGO.

"The video that recently surfaced depicting the underage sex trade in Malaysia shows the truth, although the authorities keep denying it," Aegile Fernandez (pix), head of Tenaganita, told theSun.

"We who work on the streets to rescue people know of its existence, and clearly the demand out there leads to increased human trafficking. This is not just centred in urban areas, but happens all over the country, from seedy budget hotels to lavish five-star ones.

"For me, there is an existing sex industry in Malaysia, and it is an industry as it generates profits for those who exploit people, sometimes underaged children. The youngest child we rescued from the streets was only seven years old," she said.

Fernandez said that though sex trafficking was highlighted, labour trafficking was more worrying in the country as currently there isn't any legislation to protect domestic workers in Malaysia.

"Domestic workers are our biggest concern, young children from neighbouring countries are brought in and forced to work – often as domestic helpers. This is difficult to curb as the workers brought in may have passports stating their age as over 21, but in reality they would only be 15! It is not uncommon in Malaysian households to have a teenage domestic helper who slogs all day long doing household chores, while the children of the same age in the family would be enjoying their childhood," she said.

Fernandez said that just because urban people needed help to manage their families and households, they should not ignore the child that is being denied a childhood in their own homes.

In June this year, Malaysia was relegated to the lowest Tier 3 by the United States government in its annual Trafficking of Persons (TIP) Report – putting Malaysia in the same category as Thailand, Gambia and Venezuela.

Malaysia's fall from Tier 2 was attributed to the lack of sufficient action taken by the authorities against human trafficking, while there was ample evidence of forced labour and sex trafficking in Malaysia, the report added.

Fernandez said Malaysia's denial of an existing problem was the reason for the downgrade; however, since then authorities have stepped up to address the current human trade in the country by amending the Anti-Trafficking in Persons Act.

Council for Anti-Trafficking in Persons and Anti-Smuggling of Migrants (MAPO) said that in efforts to combating human trafficking, the Anti-Trafficking in Persons Act would soon be amended.

Mapo's secretary Muhd Khair Razman Mohd Annuar said that the amendment to the Anti-Trafficking in Persons Act will be discussed in Parliament and hopes that the changes made will transform the way human trafficking is handled in Malaysia.

"The amendment to the act will be tabled in Parliament this sitting, a reflection of Malaysia's commitment to improve our standing in combating human trafficking," he said to theSun while declining to comment further on what the amendment would entail.

"Trafficking in whatever form, whether for labour or sex, is a serious crime. In Malaysia, we see a higher number of people being trafficked for labour as compared to other reasons. Often from our neighbouring countries like Indonesia, and we are the 'destination country' for the trafficked people, though sometimes we are also the transit country for trafficking," he said.

According to the statistics by MAPO, 825 human trafficking cases have been recorded since 2008, with 1158 arrests made and 5257 victims placed under Interim Protection Order (IPO).

Out of 825 cases, 468 were of sex exploitation and 259 was of forced labour.

This year alone, 113 cases were recorded - 64 for sex exploitation and 48 for forced labour.

Fonte: <http://www.thesundaily.my/news/1197973> - 13.10.2014

## Trafficking is not just about sex workers

*Many of us wrongly believe that trafficking in persons is only about sex workers – but this is not true as it includes also the exploitation of workers.*

*Charles Hector*

Trafficking in persons is defined internationally as constituting three elements: (a) an “action”, being recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons; (b) a “means” by which that action is achieved, for example threat or use of force, or other forms of coercion, abduction, fraud, deception, abuse of power or a position of vulnerability and the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person; and (c) a “purpose” of the intended action or means, namely exploitation. Note, the consent of the victim to the intended exploitation is irrelevant.

Likewise in Malaysia, the Anti-Trafficking in Persons Act 2007 defines "trafficking in persons" or "traffics in persons" means the recruiting, transporting, transferring, harbouring, providing or receiving of a person for the purpose of exploitation; and "exploitation" means all forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude, any illegal activity or the removal of human organs.

We will look specifically at worker exploitation in Malaysia, including forced labour or services. Forced or compulsory labour is defined as "all work or service which is exacted from any person under the menace of any penalty and for which the said person has not offered himself voluntarily."

Forced labour refers to situations in which persons are coerced to work through the use of violence or intimidation, or by more subtle means such as accumulated debt, retention of identity papers or threats of denunciation to immigration authorities.

#### *The local worker: victim of trafficking?*

The local worker in Malaysia can come under the threat of dismissal, or a delay in promotion or wage increase. They are discouraged from claiming their legal rights or standing up for rights. Even trade union leaders are not saved from such "intimidation" – and some find that they are overlooked for promotion and wage increase exercises when their fellow workers, not union leaders or active union members, get promoted or wage increases.

Unionists are also targeted for disciplinary action and dismissal for the carrying out of legitimate activities like the issuance of media statements, picketing, involvement in campaigns for the promotion and protection of worker rights and such matters, which reasonably should be considered as legitimate union activities.

If union members are so intimidated and under the menace of such penalties, what more with the ordinary worker who is not unionised?

The lodging of a complaint to the relevant authorities about non-payment of wages, overtime and violation of other rights, results in not just intimidation but even disciplinary action and even termination.

Overtime work, which as a matter of principle, requires the consent of the worker, is no more in many workplaces.

Workers feel that they have no choice but to do as the employer "orders" – and in Malaysia, the current legal limit for overtime work is about 4 hours a day, which means that workers may end up working for about 12 hours daily.

Some workers, who are not feeling well, and wanting to go see a doctor, are simply told that they can go see a doctor if and only they can find a replacement for themselves in their shift.

With the increased usage of short-term contracts, usually less than a year in duration, the possibility of being exploited increases and the ability or desire to stand up for rights diminishes.

In Malaysia, the law does not set the limit of time a worker should be on probation, and so one may be on probation for years and when on probation, it is easier for employers to immediately terminate and further the rights of a probationer is far less than the rights of a confirmed worker. Workers in precarious forms of employment relationship are more easily exploited.

Debts today may not be money owed to the employer, but to third parties, as most workers in Malaysia are indebted to banks in connection with home or car loans, and this indebtedness that require monthly payments makes them even more exploitable by employers.

The Malaysian Trade Union Congress (MTUC) recently called a temporary unemployment assistance scheme to be set up, which is a good proposal and will reduce vulnerability of Malaysian workers.

#### *Migrant workers more vulnerable to exploitation*

If a Malaysian goes out, and discovers he has forgotten his National Registration Identity Card (NRIC) or his driving licence, he is stressed out worrying about being stopped by the police or an enforcement officer.

He is worried about arrest and possible fines. A local worker, familiar with the local language, can quite easily call a friend/family member and be able

to escape arrest or further detention – maybe not the fine.

Now, in the case of the migrant worker, it is worse. It is common practice that many employers or their agents hold on to the passport and work permits of their migrant worker. They justify holding these documents as a means of preventing their migrant workers from running away, and this is unacceptable and is against the law.

When the police or enforcement officer stops a migrant, he wants to see the original passport and work permit (and not some photocopy or a worker identification card), and so the migrant worker may get arrested and detained – and the one who has the 'power' to secure the release is the employer or agent holding these documents.

The migrant worker ends up languishing in detention for days, maybe even weeks. Some allege that it may have been their own employer or agent who called the enforcement officers to get them into trouble.

In Malaysia, where there are about 2.9 million documented migrant workers, and where the government admits that there are an equivalent number or more of undocumented migrants in the country, the threat of being arrested and detained is very real.

#### *Bound to work for one employer only*

If the employer is an exploitative employer or a cheat, or the working conditions are bad and intolerable, the local worker have the choice of escaping this reality and finding employment elsewhere but this is not so for the migrant worker who is bound by the work permit that allows him to work for one employer.

Most migrants, when they come to Malaysia, are already in debt having expended about RM5,000 – so really the option of just going back to the country of origin when one finds oneself in a situation of exploitation is not an option.

There is the possibility of varying the work permit and allowing such exploited workers to work with another better employer but alas this does not happen in most cases, and further the process of doing this is too onerous for the poor migrant. Thus, the migrant worker have no choice but continue to work in the exploitative situation, or alternatively some just choose to run away and continue to work as an undocumented migrant in Malaysia until he is caught and deported, or manages to leave Malaysia illegally.

It would be interesting if the Malaysian government provides us the number of "illegal migrants"

arrested, who previously were really documented migrant workers. It would be good to also know why these chose to become undocumented.

#### *Access to justice flawed and ineffective*

The law provides several avenues for access to justice to workers but alas the efficiency and/or speed in which it works are disappointing.

Justice delayed is justice denied. As mentioned earlier, many employers just terminate employees that lodge complaints, and for the migrant worker, this would also mean that the employer will take steps to terminate the work permit – hence depriving the migrant worker the right to continue to remain and/or work legally in Malaysia.

All access to justice mechanisms and labour tribunals insist on the physical presence of the worker-complainant, and in the case of migrant workers, to remain would mean arrest, detention, imprisonment, whipping and deportation, all complaints, cases and even proceedings in court will come to an end because of the absence of the complainant.

Even those who remain, they would be now "illegal" and they will not come out of fear for turning up may lead to immediate arrest.

Malaysia should really provide us with statistics of how many migrant workers have lodged complaints, and what has happened to these.

In fact, maybe statistics should also be provided as to how many local workers have lodged complaints, and what has happened to this. How many of these workers were terminated after they lodged complaints and how many just gave up and never turned up after that? Analysis of such data would help us improve and make Malaysia less exploitative for workers.

#### *Remedies in law not deterrent to exploitation*

If one were to look at remedies provided in law, it is pathetic and certainly cannot be considered a deterrent to exploitation.

For example, a worker who has been denied 3 months wages, at the end of the day after going through the process and winning will only get the equivalent of that 3 months wages he was denied. Is this justice?

Going through the process for justice would have cost the worker monies in terms of transport, lost work-days wages, monies for legal representation, etc and thus many workers will just elect not to waste time and monies claiming rights. Maybe, the law need be amended to ensure that employers

would have to pay workers three times the value of monies wrongfully denied, plus maybe a further order of damages.

In the labour tribunals, both parties are not required to pay cost of the winning party, but now there is that possibility of applying for a Judicial Review to the High Court if one is dissatisfied with the decision of the tribunal, and here it will become unaffordable to workers and unions and there is always the risk of being ordered to pay high costs, and of course there is the additional cost of lawyers and court fees.

#### *Malaysia – a facilitator to trafficking?*

The government need to seriously consider the state of affairs and do the needful, for we certainly do not want Malaysia to be found responsible for creating an environment that enables the easy exploitation of workers, both local and foreign.

The US State Department Trafficking in Persons Report 2014 downgraded Malaysia to Tier 3 from the previous standing of Tier 2 Watch List.

Among others, the report had this to say: "Many Malaysian recruitment companies, known as 'outsourcing companies', recruit workers from foreign countries. Contractor-based labor arrangements of this type—in which the worker may technically be employed by the recruiting company—create vulnerabilities for workers whose day-to-day employers generally are without legal responsibility for exploitative practices."

Well, these "outsourcing companies" were recruiting both local and migrant workers, and such "outsourced workers" find themselves in a precarious position as they could not even benefit from the rights accorded to union members in the workplaces. Usage of such workers do directly

## **Horrors of Human Trafficking in South Asia**

Thousands of migrants fleeing ethnic persecution in Myanmar and poverty in Bangladesh have taken to the Andaman Sea, west of Thailand and Malaysia, in a desperate search for someone to take them in. Some 8,000 have been abandoned in the last month alone by smugglers who offered passage and a better future. Their plight, coupled with grim tales of abuse emerging from makeshift camps in the jungles of Thailand and Malaysia, paint a horrific picture of a regionwide network of human trafficking.

weaken existing trade unions and their members making them more susceptible to exploitation, and reducing their bargaining powers for better rights and working conditions.

Malaysia needs to be more diligent in promoting and protecting worker rights, and stopping all forms of worker exploitation and "trafficking of human persons".

Access to justice systems and relevant laws need to be amended to ensure speedy remedies for workers, protection for workers against discrimination or termination just for trying to claim rights or exercising their rights.

Migrant workers will not be made "illegal" or deported, but be allowed to work and stay legally, until all their valid claims against employers and others are properly heard and settled.

Active enforcement to ensure rights are respected and exploitation ends must be made a priority. It was shocking to hear from the Deputy Human Resources Minister, Datuk Seri Ismail Abd Muttalib in September 2014 said that only 3 employers out of 10,000 employers in the private sector have yet to implement the Minimum Wage Scheme have been taken to court.

We look forward when there is no more exploitation of workers, and Malaysia can no longer be considered a place where there is trafficking in human persons. – February 19, 2015.

*\* This is the personal opinion of the writer or publication and does not necessarily represent the views of The Malaysian Insider.*

Fonte:

<http://www.themalaysianinsider.com/sideviews/article/trafficking-is-not-just-about-sex-workers-charles-hector#sthash.kjPn0cSd.dpuf> - 19.02.2015

The roots of the catastrophe lie in the policies of the region's governments, which must now take responsibility for the crisis they have created.

Myanmar is by far the worst offender. Systematic persecution has driven 140,000 Rohingya Muslims from their homes, making them easy prey for traffickers who lure them with promises of safety and jobs in Malaysia, for a price, or simply kidnap them with a view to selling them into slavery or extorting ransom from their families. Myanmar refuses to grant the Rohingya citizenship or other rights. Last week, President Thein Sein signed a new law restricting the right of Rohingya women to

have children. The plight of the Rohingya has reached a pre-genocidal stage, according to an alarming report released earlier this month by the Simon-Skjoldt Center for the Prevention of Genocide.

Bangladesh, Thailand, Indonesia and Malaysia also bear responsibility. Their governments — now finally moving against traffickers — turned a blind eye to the problem for too long, unwilling to tackle a system that enriched government officials and provided a source of dirt-cheap labor. They remain in denial about the desperation pushing people into the traffickers' net; last Sunday, Prime Minister Sheikh Hasina of Bangladesh expressed her contempt for victims from her country, calling them “mentally sick” and warning they would be punished upon their return home.

In a positive step, Indonesia and Malaysia agreed last week to temporarily shelter trafficking victims who make it ashore — as about 3,500 have since May 10. But, they did so on the condition these people be resettled elsewhere within a year. Many have no home to which to return, and few other countries are willing to take them.

On Monday, Malaysian authorities announced the discovery of another smugglers' camp just across the border from the one found in Thailand on May

1. The camp had watchtowers, crude cages of sticks and barbed wire, and nearly 140 graves.

Some 2,500 trafficking victims are believed to still be drifting at sea. Indonesia and Malaysia have started marine search and rescue operations, and the United States is assisting. The next priority is providing for the rescued. Those who can be repatriated to Bangladesh must not face punishment upon their return home. More countries need to follow America's example and offer to take in Rohingya refugees who face persecution at home. Indonesia, Malaysia, Thailand and Bangladesh have to continue dismantling the network of smugglers' camps and arrest and punish those who have participated in this gruesome human trade.

Meanwhile, the United States, the European Union, the United Nations — which have all condemned Myanmar's treatment of the Rohingya — must make it clear that Myanmar will face consequences if it does not grant the Rohingya full rights, including citizenship, allow them to return safely to their homes and provide them with a future in the nation of their birth.

Fonte: <http://www.nytimes.com/2015/05/29/opinion/horrors-of-human-trafficking-in-south-asia.html> - 29.05.2015

## Nun Tirelessly Fights Human Trafficking

*Kim Lewis*

The UN's International Labor Organization (ILO) estimates that forced labor generated annual profits of \$150 billion in 2014. They also believe that one quarter of the world's 20.9 million victims of human trafficking are children. The National Center for Missing and Exploited Children says about one in six children are endangered runaways who are likely to fall victim to the sex trafficking.

Sister Judith Sheridan is a nun and nurse at the Marist Missionary Sisters in San Diego, California. She joined the convent at the age of 18. Now in her 70's, she has worked as a missionary around the world and knows the effects of child trafficking — She calls forced sex, labor and organ donation modern-day slavery and believes it's the second-biggest money maker in the world.

Sister Judy counsels teenagers on the dangers of falling prey to today's sex slavers. “Human trafficking depends on people having to give a service, either a sexual service or labor of some sort because of threats or coercion or fraud,” she says. “And it has become a major 34-billion dollar

industry globally. It's driven by supply and demand. And you have to ask yourself, of course, why there is such a demand for sexual favors and for cheap labor.”

The internet has been a major driver of the demand, she says, and this digital connection offers a global network of buyers and sellers and it is the children in desperate conditions who become their product.

The desperate conditions constantly occur. “For instance, where you have the tsunamis, or where you are having wars,” Sister Judy says, “you know the children become orphans, or they're unsupervised or they're going to be easily a prey to being taken and used for trafficking.”

### *American children on the Internet*

The Marist nun says that in the United States commercial sexual exploitation of children takes place between the ages of 12 and 14. “And these children are being recruited through the internet. They're being recruited actually outside their middle



schools or their high schools, in the malls, so it's wherever you are going to find children. You're going to find these predators who are looking to charm them, recruit them, deceive them."

Because of the covert nature of human trafficking, Sister Judy says the crime must be fought through a classroom curriculum that alerts parents to the risk." Parents have to know what's happening with their children and who they're talking to on the internet.

"The police, law enforcement, immigration, homeland security, FBI, they're all more and more aware of this problem," she says. "They have vice squads. They have units looking for traffic victims but, you see, it takes so long to follow-up on an ad, say for an under-age minor being prostituted."

In addition, she said you have to be able to catch the pimp and have him prosecuted in court, which could be a very long and labor intensive process.

"For such a huge global problem, you're only getting a few of the criminals. So something has to be done on a much more broad level, raising of consciousness in people. We need gender respect, a new kind of look at how we're going to raise our boys and girls.

"I mean, it's not a simple answer and it's going to take a lot of people looking at how we're going to be able to help each other and help out children," Sister Judy said.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3587-nun-tirelessly-fights-human-trafficking> - 15.06.2015

## ESPAÑOL

### Explotación sexual infantil, la cara oculta de Uruguay

*Diana Cariboni*

Karina Núñez Rodríguez tenía solo 12 años cuando se vio empujada a la prostitución. Ahora con medio siglo de vida y seis hijos, es una de las voces más elocuentes contra la explotación sexual de niñas y adolescentes en Uruguay, un país reacio a reconocer esta creciente lacra.

Su apellido materno, Rodríguez, "tiene todo que ver con lo que hago y con lo que soy", dice a IPS al explicar por qué quiere figurar con ambos esta mujer que, pese a sus múltiples aportes, no tiene otros ingresos que el trabajo sexual.

Tal como su abuela, su madre también fue una niña explotada. Ahora ella se enorgullece de haber quebrado este círculo familiar de servidumbre y marca una fecha simbólica: cuando su hija menor cumplió 12 años siendo una niña alegre y pronta para ingresar a la escuela secundaria.

En Uruguay, una gran cantidad de menores, la gran mayoría niñas, son arrancados de su infancia y ofrecidos como mercadería a cambio de pagos variables: un paquete de cigarrillos, una dosis de drogas, una tarjeta de teléfono móvil, comida, vestimenta, refugio o dinero. Los explotan miembros de sus familias, vecinos o redes criminales, pequeñas o más articuladas.

La dueña de un negocio alimentario organiza bailes en su tienda los días de paga de los peones rurales

del lugar, e invita a niñas de 12 años de su vecindario. Las pequeñas pasan sus noches bebiendo, bailando y manteniendo relaciones sexuales en las instalaciones exteriores de una capilla cercana.

El propietario, de 74 años, de un hotel en una zona turística paga el viaje de una quinceañera, que vive a cientos de kilómetros, para tener sexo con ella. Después, le envía dinero a sus explotadores, pero elude ser procesado alegando que ignoraba que la adolescente era menor de 18 años.

Un alto funcionario de un departamento (provincia) organiza una fiesta con adolescentes, alcohol y cocaína en un edificio gubernamental y es hallado en flagrancia cuando, ya borracho, se va en su automóvil con una de las jovencitas.

Una red, conformada por camioneros y los padres de dos de las víctimas, obliga a varias niñas a tener relaciones sexuales con conductores de camiones en tres pueblos diferentes.

Casos como estos son noticia cada semana en Uruguay. En 2010, el gobierno declaró el 7 de diciembre como día nacional contra la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes. Pero todavía no puede medir los alcances del crimen, penado con hasta 12 años de prisión por una ley

de 2004. La prostitución adulta es legal en el país y está regulada por el Estado.

Al menos 1,8 millones de menores son explotados en la prostitución o la pornografía en el mundo, según Ecpat, una red mundial de organizaciones dedicadas a combatir estos delitos. Casi 80 por ciento de la trata de personas es para la explotación sexual, y más de 20 por ciento de las víctimas son niñas y niños.

Desde 2010 hasta septiembre de este año, la justicia procesó 79 casos que involucraron a 127 acusados. Solo 43 de ellos recibieron condena, según un informe publicado por el Poder Judicial.

Pero las denuncias policiales van en aumento. En 2007 fueron 20, en 2011 llegaron a 40, en 2013 fueron 70, y en los 10 primeros meses de 2014 superaron las 80. “Cada caso no afecta solo a una niña o un niño. Puede implicar a cuatro o cinco”, dice a IPS el presidente del Comité Nacional para la Erradicación de la Explotación Sexual Comercial y no Comercial de Niñas, Niños y Adolescentes (Conapees), Luis Purtscher.

Además, los perpetradores superan en número a las víctimas. “En una sola noche, una chica puede tener cinco o 10 relaciones”, agrega.

En los últimos cinco años, Conapees entrenó a 1.500 empleados públicos, incluyendo educadores, trabajadores sociales, agentes policiales y fiscales. “Tenemos 3.000 ojos y oídos más, con algún grado de entrenamiento para detectar y denunciar”, agrega, como otra razón por la que los casos aumentaron.

La violencia de género juega también un papel relevante. En una lista de 12 países latinoamericanos, más España y Portugal, Uruguay tiene la tasa más alta de mujeres asesinadas por sus parejas actuales o pasadas cada 100.000 habitantes, sostiene un informe publicado por el Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe.

Dentro de una campaña de sensibilización, el Conapees publicó un aviso en la prensa escrita: “Chicas, muy chicas”, seguido de un número de teléfono que recibió 100 llamadas el primer día y 500 el primer fin de semana.

Núñez Rodríguez se convirtió en activista tras presenciar el sufrimiento de jovencitas sometidas al “proceso de ablande” en las “whiskerías” (prostíbulos y expendios de alcohol): “torturas,

penetraciones forzadas y colectivas, golpizas”, destinadas a crear “tal lazo de temor entre la víctima y el explotador que la chica se pueda quedar toda la noche parada en una esquina en cualquier parte sin siquiera pensar en ir a la policía”, describe.

Ella cuenta como un logro haber presentado 27 denuncias a las autoridades. De esos casos, “participé en nueve procesamientos y tengo el honor de que la gente confía en mí y me aporta más y más pruebas certeras”, sostiene. Revisa personalmente los datos y se apoya en una red de ocho amigas y colegas en distintas ciudades del país. “Gracias a Dios, tenemos WhatsApp”, sonríe.

En 2007, junto a otras compañeras crearon el Grupo Visión Nocturna para promover una postura independiente de las autoridades en cuestiones de salud vinculadas a la prostitución y para exigir respeto hacia las trabajadoras sexuales.

En 2009, poco después de denunciar en una comisaría de una pequeña ciudad del interior que dos adolescentes iban a ser traficadas, un supuesto cliente la invitó a su auto. Viajaron 20 kilómetros hacia las afueras. “Nueve tipos me dieron una paliza. Estuve 11 días en cuidados intensivos y tres meses sin poder caminar”, relata.

Cuando se recuperó, “volví a denunciar el mismo delito”, asegura. Ha sufrido amenazas de muerte y asume que alguna puede materializarse.

En el oeste de Montevideo, terminales de autobús, parques, autopistas, cantinas e incluso viviendas particulares son los sitios en los que se perpetran crímenes sexuales contra niñas y niños, señala el informe “Un secreto a voces”, escrito por Purtscher y otros siete especialistas que entrevistaron a más de 50 personas.

El área está atrayendo grandes inversiones y mano de obra masculina, que podrían agravar la situación, pero carece de mecanismos para asistir a las víctimas, según indicaron varias fuentes. Tampoco los tiene el país. Un programa gubernamental de asistencia creado en 2013 con ese fin está desfinanciado y cuenta solamente con dos equipos propios.

Esta lenta respuesta oficial exaspera a Karina Núñez Rodríguez. “Cuando un niño es explotado, no se puede esperar”, dice.

*Editado por Estrella Gutiérrez (IPS)*

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3132-explotacion-sexual-infantil-la-cara-oculta-de-uruguay> - 06.01.2015

## Egipto/Sudán: Encrucijada de la tortura y el tráfico de personas

*Egipto debería utilizar las operaciones de seguridad en el Sinaí para eliminar la trata de personas*

Numerosos refugiados, la mayoría de ellos provenientes de Eritrea, han sido secuestrados, torturados y asesinados por miembros de redes de trata en el este de Sudán y en la península del Sinaí, en Egipto, según decenas de entrevistados, señaló Human Rights Watch en un informe divulgado hoy. Egipto y Sudán no han identificado ni juzgado adecuadamente a quienes participan en la trata de personas ni a los agentes de seguridad que pueden haber actuado en complicidad con ellos, y de este modo ambos países han incumplido su obligación de prevenir la tortura.

El informe de 79 páginas, “*I Wanted to Lie Down and Die: Trafficking and Torture of Eritreans in Sudan and Egypt*” (“Quería recostarme y morir: Trata y tortura de ciudadanos eritreos en Sudán y Egipto”), documenta evidencias de que, desde 2010, miembros de organizaciones de trata egipcios han torturado a eritreos para obtener un rescate por ellos en la península del Sinaí, y han incluso violado sexualmente, quemado y mutilando a sus víctimas. También documenta las torturas infligidas por quienes trafican con personas en el este de Sudán y 29 incidentes en los cuales, las víctimas dijeron a Human Rights Watch que, agentes de seguridad sudaneses y egipcios facilitaron que los traficantes cometieran abusos, en lugar de arrestarlos y rescatar a sus víctimas. Los funcionarios egipcios niegan los abusos de las redes de traficantes de personas en el Sinaí, lo que permite que el lugar se convierta en un lugar seguro para quienes participan en la trata de personas.

“Los funcionarios egipcios han negado durante años los abusos aberrantes contra refugiados que se producen ante sus narices en el Sinaí”, expresó Gerry Simpson, investigador sénior del programa de refugiados de Human Rights Watch y autor del informe. “Es necesario que tanto Egipto como Sudán pongan fin a la tortura y la extorsión de ciudadanos eritreos en su territorio, y que juzguen a quienes participan en la trata y a los agentes de seguridad que actúan en complicidad con ellos”.

Desde junio de 2013, las autoridades egipcias han intensificado los operativos de seguridad en el Sinaí, en respuesta a los asesinatos y ataques contra policías y militares que, casi todas las semanas, cometen grupos que actúan en esa península. Los funcionarios de seguridad deberían procurar que sus operativos de seguridad pública incluyan la identificación y el juzgamiento de los

responsables de la trata de personas, señaló Human Rights Watch.

El informe se elaboró a partir de 37 entrevistas con ciudadanos eritreos realizadas por Human Rights Watch y otras 22 efectuadas por una organización no gubernamental en Egipto. Las personas entrevistadas dijeron que habían sufrido abusos por semanas o incluso meses, ya sea cerca de la población de Kassala, al este de Sudán, o cerca de la localidad de Arish, en la región noreste del Sinaí, cerca de la frontera de Egipto con Israel. Human Rights Watch también entrevistó a dos miembros de una red de trata, uno de los cuales reconoció haber torturado a decenas de personas. El informe también se basa en entrevistas realizadas por otras organizaciones no gubernamentales fuera de Egipto que han entrevistado a cientos de víctimas de tortura, y en declaraciones emitidas por la oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) en referencia a cientos de entrevistas llevadas a cabo por esa organización a víctimas de este tipo de delitos.

Las víctimas contaron que fueron torturadas por traficantes egipcios para que sus familiares pagaran rescates de hasta USD 40.000. Todos los testigos entrevistados por Human Rights Watch dijeron que vieron o experimentaron abusos a manos de los agresores tales como, violaciones sexuales a hombres y mujeres, aplicaciones de descargas eléctricas, quemaduras en los genitales y otras partes del cuerpo con hierros calientes, agua hirviendo, plástico o caucho fundido y cigarrillos, los golpeaban con varillas o barras metálicas, los colgaban de los techos, los amenazaban con quitarles la vida y los sometían a privación del sueño por largos períodos. Siete de las víctimas relataron haber visto que otros murieron debido a las torturas.

Los familiares, que escuchaban a las víctimas gritar a través de sus teléfonos celulares dijeron que reunían y transferían las cuantiosas sumas de dinero que exigían los traficantes.

Desde 2004, más de 200.000 eritreos han huido de la represión y la indigencia en su país y se han trasladado a campamentos fronterizos remotos ubicados al este de Sudán y en Etiopía, tras conseguir eludir a los guardias fronterizos de Eritrea que tienen órdenes de tirar a matar a quienes abandonen el país sin permiso. No tienen perspectivas de trabajo en los campamentos ni en las proximidades y, hasta 2010, decenas de miles

de ellos pagaban a contrabandistas para que los cruzaran por el Sinaí hasta Israel.

Para 2011, Israel había terminado de construir importantes tramos de una cerca de 240 kilómetros a lo largo de su frontera con el Sinaí destinada a evitar el ingreso de estas personas. Desde entonces, las redes de trata han continuado secuestrando eritreos en el este de Sudán y los venden a traficantes egipcios en el Sinaí. Todos los ciudadanos eritreos que entrevistó Human Rights Watch y que manifestaron haber llegado al Sinaí en 2012, indicaron que los traficantes de personas los llevaron de Sudán hacia Egipto en contra de su voluntad.

Human Rights Watch recibió nuevas versiones de trata de personas desde el este de Sudán hasta el Sinaí en fechas muy recientes, noviembre de 2013 y enero de 2014.

Ciudadanos eritreos contaron a Human Rights Watch que en la remota población de Kassala, próxima a los más antiguos campamentos de refugiados de África, fueron interceptados cerca de la frontera por policías sudaneses, detenidos de manera arbitraria y entregados a redes de trata, incluso en dependencias policiales.

Algunas de las víctimas también dijeron que habían visto cómo agentes de seguridad egipcios habían actuado en connivencia con traficantes en los puestos de control entre la frontera sudanesa y el canal de Suez de Egipto, en el canal, donde existe una fuerte presencia policial, o en retenes sobre el único puente vehicular que cruza el canal, en viviendas de traficantes, en puestos de control en poblaciones del Sinaí y cerca de la frontera israelí.

A pesar de que existe un conocimiento generalizado de la trata de personas en el Sinaí y de la gravedad de los abusos, altos funcionarios egipcios han negado en reiteradas oportunidades este fenómeno. Las pocas personas que reconocen posibles abusos manifiestan que no hay pruebas suficientes para investigar el problema.

En diciembre de 2013, según un abogado que representa a víctimas de trata, el fiscal general de Egipto había procesado a un cómplice de un traficante del Sinaí que vivía en El Cairo. De acuerdo con organizaciones internacionales que siguen los casos de trata de personas en Sudán, las autoridades de ese país habían juzgado 14 casos de trata de eritreos en el este de Sudán. Para fines de 2013, Sudán había procesado a cuatro policías, y Egipto no había juzgado a ninguno en relación con hechos de trata y torturas.

Al no investigar ni juzgar adecuadamente a las personas implicadas en la trata quienes cometen

graves abusos contra sus víctimas ni tampoco la presunta complicidad con funcionarios de seguridad, Egipto y Sudán violan sus obligaciones jurídicas conforme a la Convención de las Naciones Unidas contra la Tortura, las normas internacionales de derechos humanos y, en el caso de Egipto, las leyes nacionales y normas internacionales contra la trata, señaló Human Rights Watch.

Egipto debería aprovechar su mayor presencia en materia seguridad en el Sinaí para capturar a quienes tratan con personas, en particular cerca de la población de Arish, y para investigar a los funcionarios de seguridad que actúan en complicidad con ellos en el canal de Suez y en el Sinaí. Sudán debería investigar la connivencia entre altos funcionarios policiales y redes de trata en Kassala y sus alrededores, incluso en dependencias de policía.

“Egipto y Sudán están dando a los agentes de seguridad presuntamente corruptos, un pase libre para que trabajen con miembros de organizaciones de trata”, señaló Simpson. “Ya es hora de que Egipto y Sudán dejen de hacer la vista gorda y tomen medidas significativas para poner fin a estos flagrantes abusos”.

Cuando los traficantes liberan a los ciudadanos eritreos cuyas familias han pagado rescate, la policía fronteriza egipcia suele interceptar a quienes fueron secuestrados, los deriva a fiscales militares y luego los mantiene detenidos durante meses en condiciones inhumanas y degradantes, en estaciones de policía en el Sinaí, narraron las víctimas. Las autoridades egipcias niegan a las víctimas de trata sus derechos reconocidos en la Ley contra la Trata de Personas adoptada por Egipto en 2010, que dispone que esas personas deberían recibir asistencia, protección e inmunidad procesal.

En lugar de eso, son acusadas de delitos migratorios y se les niega el derecho a recibir atención médica que necesitan con urgencia, así como a acceder al ACNUR, el organismo de las Naciones Unidas para los refugiados, que atiende las denuncias de refugiados en Egipto. Las autoridades egipcias han argumentado en reiteradas ocasiones que todos los eritreos interceptados en el Sinaí son inmigrantes ilegales, y no refugiados, con lo cual no toman en cuenta que, desde mediados de 2011, la mayoría de las víctimas de trata en el Sinaí fueron llevadas de Sudán a Egipto contra su voluntad.

Las autoridades egipcias solo liberan a los eritreos detenidos una vez que estos han reunido suficiente dinero para comprar un pasaje aéreo a Etiopía. Allí,

el círculo se cierra para muchos de ellos, ya que vuelven a vivir en los campamentos de refugiados próximos a Eritrea, donde originalmente se inscribieron como refugiados.

Los donantes internacionales que envían fondos a Egipto, incluidos Estados Unidos y la Unión Europea y sus estados miembros, deberían presionar a las autoridades egipcias y sudanesas para que investiguen y juzguen a los miembros de redes de trata, e investiguen asimismo cualquier complicidad entre agentes de seguridad y estos delincuentes.

“Es demasiado tarde para las víctimas de trata que han sido torturadas, y que han vivido un infierno en el Sinaí”, manifestó Simpson. “Sin embargo, la comunidad internacional puede intentar impedir que cientos de otros eritreos caigan en manos de traficantes abusivos, e insistir, al mismo tiempo, en que los delitos del pasado no queden impunes”.

A continuación párrafos detallados de cuatro entrevistas realizadas por Human Rights Watch con ciudadanos eritreos, en las cuales describen abusos y la complicidad de autoridades de seguridad pública.

*Selección de testimonios de ciudadanos eritreos entrevistados para el informe*

• “Me colgaron de los brazos y también boca abajo de los tobillos. Me golpearon y azotaron en la espalda y la cabeza con un látigo de plástico. Me golpearon las plantas de los pies con tubos de goma. Ponían agua en mis heridas y luego las golpeaban. A veces, me aplicaban descargas eléctricas, me quemaban con hierros calientes y dejaban caer gotas de caucho y plástico fundidos sobre mi espalda y mis brazos. Amenazaban con cortarme los dedos con tijeras. En algunas ocasiones, entraban a la habitación, se llevaban a las mujeres y después las oía gritar. Volvían llorando. Durante esos ocho meses, vi a otras seis personas que murieron a causa de estas torturas”.

–Entrevista de Human Rights Watch con un joven eritreo de 17 años que fue secuestrado en la región este de Sudán en agosto de 2011 y entregado a redes de trata en el Sinaí, que lo sometieron a abusos durante ocho meses, hasta que sus familiares pagaron USD 13.000.

• “Me golpeaban con una vara de metal. Dejaban caer gotas de plástico fundido en mi espalda. Me golpeaban en las plantas de los pies y me obligaban a estar de pie mucho tiempo, a veces, hasta por varios días. En ocasiones, amenazaban con matarme y me apuntaban con un arma en la cabeza. Me colgaban del techo de forma tal que las

piernas no llegaran al suelo y me aplicaban descargas eléctricas. Una persona murió después de que la colgaron del techo durante 24 horas. Nosotros pudimos ver cuando murió”.

–Entrevista de Human Rights Watch con un hombre eritreo de 23 años que fue secuestrado por una red de trata cerca del campamento para refugiados de Shagarab, en Sudán, en marzo de 2012, y entregado a traficantes egipcios en el sur de Egipto, quienes lo llevaron al Sinaí, y allí lo retuvieron seis semanas con otros 24 hombres y 8 mujeres.

“Llegué a Kassala [al este de Sudán]. La policía me detuvo y me llevó a una dependencia policial. Me preguntaron si tenía familiares en el extranjero y les dije que no. A la mañana siguiente, los policías abrieron la puerta y había dos hombres parados junto a ellos, que me miraban. Hablo un poco de árabe, por lo que pude entender algo de lo que decían. Uno de los hombres preguntó a uno de los policías: ‘Estos hombres, ¿tienen familias que puedan pagarnos?’ y él les contestó que sí. Al día siguiente, la policía nos llevó hasta un automóvil aparcado fuera de la estación de policía. Allí estaban los dos hombres del día anterior. El policía me indicó que subiera al automóvil y los hombres me llevaron al desierto, a casi una hora de allí”.

–Entrevista de Human Rights Watch con un hombre eritreo de 28 años, que contó que la policía sudanesa lo entregó a redes de trata en noviembre de 2011. Fue entregado a traficantes en Egipto, a manos de quienes sufrió graves abusos.

• “En el canal de Suez, el conductor nos dijo que bajáramos del ómnibus y que esperáramos en una vivienda, a aproximadamente a 150 metros de la orilla del agua. Justo cuando comenzó a anochecer, llegaron policías egipcios—en uniformes azules—y un poco más tarde, una embarcación. Los contrabandistas subieron a 25 de nosotros a la embarcación, mientras los policías se quedaban de pie a unos 50 metros y miraban lo que sucedía. Cruzamos el canal. Del otro lado, había tres soldados que usaban uniformes color beige con pintas y tenían pistolas pequeñas, parados junto a algunos hombres que parecían beduinos. Mientras los soldados miraban, los beduinos nos cargaron en la parte trasera de dos camionetas civiles y nos indicaron que nos recostáramos y cubriéramos nuestros cuerpos con un plástico”.

–Entrevista de Human Rights Watch con un hombre sudanés de 32 años acerca de la connivencia policial y militar con redes de trata en

el canal de Suez. Fue detenido y sufrió graves abusos en el Sinaí, en abril de 2011.

Fonte: <http://www.hrw.org/es/news/2014/02/11/egiptosudan-encrucijada-de-la-tortura-y-el-trafico-de-personas> - 11.02.2015

## Las secuelas de la esclavitud

*La Organización Internacional de las Migraciones, la London School of Tropical Medicine y la ONG española Anesvad han presentado hoy en Tailandia las conclusiones del primer estudio sobre las consecuencias de la trata en la salud de las víctimas*

*Pablo Linde*

Pesca y prostitución. Son las dos grandes industrias del tráfico de seres humanos en el sudeste asiático, que a su vez es el punto caliente de la esclavitud en el planeta. La Organización Mundial del Trabajo estima que 18 millones de personas en todo el mundo son sometidas a trabajos forzados, de las cuales algo más de la mitad se encuentra en la región Asia-Pacífico. Por primera vez, un estudio se encarga de analizar en profundidad la salud física y mental de estas víctimas. Sus hallazgos, si no sorprendentes, sí son preocupantes: aproximadamente la mitad de los encuestados fueron sometidos a violencia física y/o sexual y cuatro de cada 10 sufría trastornos de ansiedad y depresión.

El documento, bajo el título La salud de las personas traficadas: hallazgos de una encuesta entre hombres, mujeres y niños en servicios postráfico del Mekong (una subregión que comprende a Camboya, Laos, Myanmar, Tailandia, Vietnam y la provincia china de Yunnan) ha sido elaborado por la ONG española Anesvad, la Organización Internacional de las Migraciones (IOM) y la London School of Hygiene and Tropical Medicine. En su presentación, este viernes 27 de febrero en Bangkok (Tailandia), las tres organizaciones han querido llamar la atención de la comunidad internacional sobre la urgencia de poner en marcha sistemas de salud — especialmente mental— para estos trabajadores.

El estudio está elaborado a través de más de un millar de encuestas a personas que, tras ser liberadas, fueron enviadas a servicios postrata de Camboya, Tailandia y Vietnam. En estas entrevistas fue frecuente escuchar que habían sido pateadas, mordidas, arrastradas, encadenadas, quemadas, vigiladas por un perro agresivo, encerradas en una habitación, amenazadas con un arma, cortadas con un cuchillo, disparadas o agredidas sexualmente. Entre quienes declaraban estos malos tratos era frecuente encontrar síntomas de ansiedad y trastornos postraumáticos y uno de cada 20 participantes había intentado suicidarse en las cuatro semanas previas a la entrevista. "De los supervivientes a la trata,

muchos, si no la mayoría, necesitan asistencia médica para su salud física y mental", concluye el estudio. "En los centros en los que se atiende a estas víctimas [puestos en marcha por ONG o los gobiernos locales] el personal no está preparado para atender los casos más graves de desórdenes mentales y no saben cómo actuar ante personas que se han intentado quitar la vida", lamenta Nicola Polock, una de las responsables del estudio.

Cada víctima acarrea una historia distinta tras de sí, pero el esquema que se repite una y otra vez es similar: pobreza, desesperación, migración irregular. Según explica Polock, la salida de sus países por las vías reglamentarias son complicadas y costosas, así que muchos de ellos se ponen en contacto con intermediarios informales que les ofrecen atractivos puestos de trabajo, principalmente en Tailandia y China, los dos mayores receptores, con un 40% y un 30% de los encuestados, respectivamente.

Una vez allí, las cosas no son como parecían. Casi la mitad ni siquiera sabía lo que era el "tráfico de personas" antes de ser víctimas de él. "En el caso de las mujeres es frecuente que se conviertan en prostitutas o en esposas por obligación, que no es otra cosa que una esclava doméstica que tiene que cubrir las labores del hogar y los requerimientos sexuales de su marido, a menudo con violencia de por medio. En el de los hombres, el sector más habitual es la pesca; los meten en barcos de donde resulta muy difícil salir y en los que sufren las condiciones más duras de todas las personas con las que hemos hablado", relata Polock. Tailandia, uno de los mayores exportadores de pescado del mundo, ya ha sido amonestada por ONG y organismos internacionales debido a sus casi inexistentes avances en materia de trata y ocupa el puesto más bajo en la escala de Departamento de Tráfico de Personas de Estados Unidos, a la altura de países como Irán o Corea del Norte.

Estas condiciones del sector pesquero incluyen jornadas de trabajo de hasta 19 horas, en un 70% de los casos no remuneradas en absoluto, según el estudio. En este sentido, no es el peor: más del

96% de quienes trabajaban forzados en el sector de la agricultura y como esposas no cobraba nada, así como más del 80% de los empleados domésticos y en fábricas.

Es una situación de esclavitud en toda regla que, en algunas de las situaciones analizadas, se extendía más allá de los 12 años, aunque la media es de algo más de seis meses. Pero las secuelas permanecen tras del periodo de trata. Los casos de enfermedades mentales tras la liberación son frecuentes; los más habituales y graves están relacionados con aquellas personas que han sufrido restricción sus movimientos o confinamientos. Sus probabilidades de presentar ansiedad, depresión o síndrome postraumático es del doble que quienes no han visto tan limitada su libertad.

Estas enfermedades son también más probables cuanto más penosas son las condiciones laborales de los trabajadores esclavizados. El estudio muestra que buena parte de estos empleados son forzados a trabajar los siete días de la semana (69,5%), durante más de 10 horas diarias (más de un 70%) y con un alto riesgo de sufrir accidentes graves (casi uno de cada cinco había tenido alguno durante el tiempo en el que fueron forzados). Todas estas circunstancias potencian los desórdenes mentales, igual que lo hacen otras menos frecuentes pero también recurrentes, como dormir en el suelo (un tercio de los entrevistados), no tener disponible agua potable para beber o insuficiente comida (alrededor de una cuarta parte), o padecer sobreexposición al sol o la lluvia (un tercio de los participantes en el estudio).

El informe asegura que la literatura sobre el tema hasta la fecha se limitaba a estudios realizados exclusivamente con mujeres víctimas del tráfico sexual y que prácticamente no había investigaciones realizadas con hombres y niños fuera de esta industria. Los encuestados para este análisis eran forzados a trabajar en 15 sectores diferentes como los mencionados anteriormente, la industria del entretenimiento, la mendicidad, la construcción y la hostelería, entre otros. "Un hallazgo importante es que no existe un solo perfil de persona traficada. Los supervivientes de diferentes edades, sexos nacionalidades y experiencias de explotación que usan los servicios postrata muestran que no solo estamos hablando de mujeres traficadas para trabajos sexuales forzados", reza el estudio.

Las personas liberadas no recurren a estos servicios por su propia iniciativa —solo lo hicieron cuatro de más de 1.100 entrevistados—, sino que fueron las autoridades o las ONG quienes les enviaron a ellos para asesorarles y darles una atención. La mitad de ellos se culpa a sí mismos como responsables de la situación, mientras que un tercio señala a los intermediarios que les proporcionaron los trabajos, los cuales se quedan con comisiones por los trabajadores que aportan. En más de un 70% son las fuerzas de seguridad quienes los sacan de esa situación. Solo un 29% consiguió escapar, aunque la mayoría ni siquiera lo intenta por miedo a las consecuencias.

Pero tras la libertad no se solucionan sus problemas: pobreza y desesperación. Brett Dickson, responsable del programa de asistencia a migrantes de la IOM, explica que el gran reto que los países involucrados tienen ante sí es proveer a sus ciudadanos de las condiciones necesarias para que no se vean obligados a emigrar en una situación tan vulnerable. "Si consiguen escapar, normalmente pasan un tiempo escondidos, después regresan a sus países y se encuentran con que vuelven a no tener nada, así que es importante fomentar los programas de capacitación y emprendimiento para ellos, porque de lo contrario pueden caer de nuevo en el tráfico de personas", explica.

A su vuelta, además, es muy probable que hayan visto mermadas sus capacidades físicas y mentales por las duras condiciones que sufren durante la trata. Para evitar este extremo, las tres organizaciones autoras del estudio recomiendan a los estados involucrados, los organismos internacionales y los donantes que pongan en marcha medidas de prevención. Estas son algunas: habilitar servicios de salud para personas víctimas de trata, hacer pedagogía con las víctimas sobre la necesidad de que pasen por ellos, formar a su personal para que les pueda prestar la asistencia adecuada, sensibilizar a las inspecciones de trabajo y a la policía, dotar a los centros postrata de servicios de traducción adecuados. Mientras no se pueda resolver que en pleno siglo XXI siga existiendo la esclavitud, al menos estas iniciativas harían más fácil la vida de las personas que la han padecido.

Fonte:  
[http://elpais.com/elpais/2015/02/27/planeta\\_futuro/1425040504\\_615589.html](http://elpais.com/elpais/2015/02/27/planeta_futuro/1425040504_615589.html)

27.02.2015

## Hay vida fuera del paréntesis de la explotación sexual

*Galo Martín Aparicio*

Las Adoratrices han sido reconocidas con el VI Premio Derechos Humanos del Rey de España por su labor en favor de las mujeres de trata y violencia de género. Esta es la historia de algunas de ellas

No hay arma de destrucción masiva más eficaz que la cómplice indiferencia, ni músculo más delatador que el palpitante corazón. Así lo refleja María, de 34 años, que viajó de Sao Paulo (Brasil) a Madrid persiguiendo un sueño: estudiar una carrera universitaria. La amiga que la hizo creer en esa posibilidad, sin embargo, la introdujo en un club las 24 horas del día, de lunes a domingo, durante todo el año 2006. En Bogotá, Luz, de 37 años, se prostituyó desde los siete hasta los 23. En ese tiempo se hizo drogadicta, alcohólica y quedó embarazada en tres ocasiones; la primera vez fue dos meses antes de cumplir los 11.

"Las líneas que trazan la frontera entre prostitución, prostitución forzada y trata con fines de explotación sexual para prostitución ajena son bastante difusas", señala el informe *La trata y la explotación en Colombia: no se quiere ver, no se puede hablar*, de la organización Women's Link Worldwide. La trata de personas supone una violación de los derechos humanos que las víctimas padecen de forma continua en el país de origen, durante su tránsito y en el país de destino, donde son sometidas a explotación. Así lo demuestran las historias de las dos protagonistas. Luz nació en el seno de una familia sin recursos económicos y sin escolarizar. Para ella, la prostitución, más que una elección, fue una consecuencia y el único medio a su alcance para salir adelante. En cambio, María, administrativa en un despacho de abogados, cayó en una red de trata de personas engañada por una amiga que ya estaba dentro y fue obligada a ejercer la prostitución. El final de las dos mujeres fue el mismo; la manera de llegar hasta él es lo que las diferencia.

En esta historia, donde el pecado no es el sexo, sino la explotación, existen varios colectivos que trabajan para que tanto en el país de origen como en el de tránsito y/o destino haya una coordinación que haga posible erradicar el tercer negocio ilegal más lucrativo del mundo tras la venta de armas y de drogas: la trata de personas con fines de explotación sexual, que genera unos ingresos de 30.000 millones de euros al año, según la Oficina de Naciones Unidas contra la droga y el delito.

La Asociación para la Prevención, Reinserción y Atención a la Mujer Prostituida (Apramp) asistió en 2014 a 1.442 mujeres en España. Al día atiende una media de 280 en diferentes puntos de Madrid: pisos particulares, calles y otros espacios. Rocío Mora, coordinadora de esta organización, sostiene

un discurso pragmático y eficiente, alejado del victimismo con que se enfoca este asunto. "Necesito alternativas para estas mujeres, no teorizar sobre cómo abordar el tema", manifiesta. Al otro lado del océano, en Colombia, uno de los principales puntos de origen en este drama, la Congregación de las Adoratrices atendió en 2014 a 4.500 muchachas, término con el que las hermanas se refieren a las mujeres que rescatan de la prostitución y de la trata. "Si lográramos que el Gobierno se sensibilizara sería más fácil incidir en la sociedad, visibilizar el programa, concienciar de que todos somos responsables", confiesa la hermana María Graciela, una religiosa de acción.

### *Una cuestión de género*

El lenguaje que utilizan ambos colectivos es capital para hacer frente la estigmatización que sufren estas mujeres por parte de una sociedad que tiende a etiquetar. Luz así lo manifiesta: "Una no necesita que la vean como la pobrecita, sino como un ser humano". Por este motivo se diferencia entre prostituta y prostituida: "Muchas mujeres nos dicen que ellas no quieren seguir en esa situación y que necesitan alternativas", explica Rocío, en sintonía con el "paréntesis en su vida" del que habla la hermana María Graciela al referirse a una situación de prostitución —como fue el caso de Luz—. Por eso ninguno de los dos colectivos están a favor de la normalización de esta práctica. La hermana María Graciela argumenta que hay trabajos que dignifican y otros que explotan y, en el momento que un trabajo deja de dignificar, debe ser ilegal. Y pregunta: "¿La prostitución es dignificante?".

No se habla de perfiles, sino de factores de riesgo vinculados al género y a la edad. El grueso de personas que atienden Apramp y las Adoratrices son mujeres que rozan la mayoría de edad, aunque también hay menores ya que, como argumenta Rocío, son más fáciles de convencer, y aleccionar, y son más saludables. "Las que rescatamos y acogemos nos hablan de 40 servicios al día", asevera.

El género es la clave que determina esta práctica. ¿Cuál sería el escenario si los hombres fueran las víctimas? —ya que otros tipos de trata, como la laboral, sí afectan al género masculino—. La desigualdad, la falta de oportunidades y la imposibilidad para acceder a la educación son dificultades que se suman a las chicas que ejercen la prostitución —fenómeno muy unido al tráfico de personas— como las que aunaba Luz. Confiesa no estar segura, pero cree que su mamá tuvo algo que ver con las calles. "Era una persona muy toma



tragos y nos dejaba a mis hermanos y a mi encerrados en una pieza [habitación]", relata. Su madre murió al dar a luz a una de sus hermanas y ella se quedó a cargo de la familia. A los siete años, una muchacha le dijo: "¿Por qué no vende su virginidad? A eso le pagan bueno". De esta manera se inició en la prostitución. Por aquel servicio la dieron 5.000 pesos —aproximadamente dos euros—. Pronto vino el consumo de drogas y alcohol, incitado por el dueño del negocio donde Luz recibía al prostituidor. Para no sufrir, para relajarse, para atenderlo bien, "Por qué, al dueño del negocio, ¿quién le importa? El cliente. A él no le importa la muchacha. La vida de la mujer allá no vale nada", afirma Luz.

Ese tipo de abusos, como el alternar con copas — que provoca graves efectos secundarios físicos en las mujeres, aunque ellas ni lo saben— preocupan a Rocío, que se esmera en visibilizar y combatir. Además, el cliente demanda no utilizar preservativo, lo que aumenta el riesgo de contraer enfermedades de transmisión sexual o de sufrir embarazos no deseados. Luego ¿por qué lo hacen las mujeres? "Porque tienen que pagar en el día un dinero y, si no, les puede pasar algo mucho más negativo que el contraer una enfermedad o una infección", responde Rocío. Mientras permanecen bajo la acción de la red que las explota suelen perder la noción del tiempo y el espacio. "Viven al revés", resume la coordinadora de Apramp. Es tan extremo y fuerte por lo que estas mujeres pasan que no pueden construir una vida normal. "A una la vuelven nada", describe Luz.

*Se capta en el país de origen, se juzga en el destino*

La mayoría de mujeres ejercen la prostitución por supervivencia más que por elección. Luz sabe de lo que habla: "No es fácil, pero sí se consigue plata más rápido". En sus países de origen han sufrido malos tratos, han sido violadas y tienen dificultades económicas. Deciden arriesgarse y viajar debido a la cantidad de cargas familiares que pesan sobre ellas para trabajar como asistentes del hogar, camareras y/o modelos. Eso les hacen creer. "A veces, se se les plantea la posibilidad de ejercer la prostitución, pero nunca en las condiciones en las que están cuando nos las encontramos", apunta Rocío. La red de trata suele estar formada por personas muy cercanas que ya han pasado por esa situación. Son redes muy familiares y es difícil que las mujeres denuncien. La historia es tan coherente como para que nadie dude de que ese viaje se va a hacer en las mejores condiciones, y el drama es tan retorcido que en ocasiones, son las madres quienes venden a sus hijas para ser

explotadas. Para que una menor viaje a España hay que arreglar una serie de papeles que solo los padres pueden firmar. Así lo certifica Luz: "Yo allá vi mucho que el papá, la mamá, el hermano o el novio son los que inducen y venden a esa niña a la prostitución". "Es durísimo contar el daño que te han hecho y quién te lo ha hecho", añade Rocío.

Este tipo de delito se comete en el país de origen y se denuncia, cuando se hace, en el de destino, por lo que la red puede seguir captando a mujeres. Para desactivar este negocio de manera eficaz, la víctima tiene que denunciar en el país de origen y debe darse una comunicación entre éste y el lugar de destino. "Cuando nos coordinamos con las embajadas y consulados intentamos decirles cómo y en qué situación se encuentran sus compatriotas que están viniendo a España", precisa Rocío. Son mujeres sin identidad que no pueden mostrar un documento en el que aparezca su nombre, apellidos y nacionalidad. La red confisca sus pasaportes, lo que hace que, en ocasiones, cuando la policía hace alguna redada, las detengan con el alegato de que están indocumentadas y, por tanto, han cometido una infracción por encontrarse en situación irregular en el país.

Las campañas de información en el país de origen dotan de herramientas a esas personas que desean buscar trabajo en otros países para que sepan cuándo les están haciendo una propuesta engañosa y, así, evitar caer en una red de prostitución. Un viaje a España, por ejemplo, no vale los 45.000 euros que pide una red de trata.

#### *La demanda*

"Tener sexo con una niña es la ilusión de esos desgraciados. A una la ponen de todas las formas posibles... Eso es horrible", cuenta Luz. "Todos los hombres saben que es un delito exigir servicios sexuales a una niña. Luego está siendo cómplice. Yo quiero visibilizar al que está demandando este tipo de servicios", dice Rocío de manera taxativa. Unicef calcula que 120 millones de niñas han sido víctimas de relaciones sexuales forzadas en todo el mundo (una de cada 10), aunque tanto esta organización como la principal red de lucha contra la lacra, Ecpat International, reconocen que son datos poco fiables y que trabajan en función a aproximaciones.

La coordinadora de Apramp desvela que en España existe demanda de estos servicios ilegales. En el año 2013, 16 menores fueron rescatados de redes de trata, según el informe Prevención y lucha contra la trata de seres humanos con fines de explotación sexual del Ministerio de Interior. En los últimos cinco años fueron arrestadas más de 1.200

personas relacionadas con estos delitos, según datos del III Plan de acción contra la explotación sexual de la infancia y la adolescencia del Observatorio de la Infancia. La dimensión real del problema es mucho mayor, no obstante. Hay que tener en cuenta que los datos no pasan de meras estimaciones debido a la naturaleza clandestina e ilegal de estos delitos, lo que dificulta la identificación de las víctimas.

En Apramp creen que visibilizar a estas mujeres es la manera en que la sociedad puede colaborar para erradicar la lacra de la trata. Para Rocío, la mejor manera quizá no es ir a por el demandante de prostitución, sino educar a los jóvenes sobre la situación de estas mujeres.

"El que dice que estas mujeres lo hacen porque quieren no están viendo la realidad, no quieren verla porque es duro". Mujeres como María saben lo que es contar su historia a hombres que al final se desentienden del tema y reclaman por su servicio pagado. En este punto cabe preguntarse qué tipo de relaciones sentimentales mantienen estas víctimas. Rocío explica que algunas encuentran pareja y otras no. Luz es tajante: "Para mí, todos los hombres son iguales. Me repugnan. Ahora no me motiva tener una relación". La hermana María Graciela desvela que algunas quedan marcadas para siempre y no quieren saber nada de hombres. "Precisamente por esta situación de rechazo al varón hay casos de lesbianismo", revela.

#### *Una nueva vida*

Apramp y las Adoratrices trabajan para ofrecer una alternativa de vida a través de la educación y la formación en el desempeño de un oficio para su inserción en la sociedad a estas mujeres que, como dice Rocío, en ningún caso eligen la situación que tienen. Del mismo modo, desempeñan una labor en la defensa de los derechos fundamentales, atención integral, recuperación del daño, seguimiento y acompañamiento en el proceso administrativo, judicial y penal.

Después de dejar la calle, de escapar de la red, hay que enfrentarse al y ahora ¿qué?. Hoy Luz, además de ser limpiadora de aseos, es una líder formada en el seno de las Adoratrices en Bogotá. María trabaja como agente social de Apramp en Madrid. Las dos desean ayudar a otras mujeres

que están sufriendo lo mismo que vivieron en el pasado. "Que mujeres como ellas les digan a otras que han podido salir tiene mucho más sentido que si se lo dice una profesional que no ha pasado por esa experiencia", reconoce Rocío. Alcanzar el punto en el que una puede hablar sobre su historia es todo un proceso. "Hoy en día, gracias a Dios, puedo hablar con usted y no me duele. Antes, lloraba", confiesa una serena y reforzada Luz.

La inserción laboral que se pretende desde ambos colectivos se nutre de nichos laborales donde sí hay empleo: asistenta doméstica, cuidadora de ancianos, de niños, o camarera de piso. También se facilita a las mujeres que participen en talleres de confección y otros oficios. "Si las formas y luego no encuentran trabajo, ¿de qué sirve?", se preguntan en Apramp. Antes de salir de nuevo al mundo, estas mujeres experimentan un proceso de reconstrucción interna que les devuelve su autoestima y les permite decir: "Soy otra persona y puedo ser algo más". Pero, ahora, fuera del paréntesis.

#### *Un premio a la labor de las Adoratrices*

La congregación de las Adoratrices fue reconocida el día 13 de abril con el VI Premio Derechos Humanos del Rey de España por su labor en favor de las mujeres de trata y violencia de género. María Elisa Altadill Ardit, secretaria provincial de las Adoratrices en España, se mostró gratificada por este reconocimiento "que es a nivel iberoamericano, muy importante para nosotras". Para esta religiosa acabar con la lacra de la explotación sexual es muy complicado: "el negocio de la trata no es la víctima, sino que viene respaldado por una serie de cosas que todos las conocemos. Son organizaciones internacionales y no siempre son las mismas personas ni proceden de los mismos lugares. ¿Cómo se llega hasta ahí?". La religiosa recalca que este negocio es lucrativo para las mafias, no para las mujeres explotadas. Para terminar, se lamenta de que parte de la sociedad no sea aún consciente de este problema y que no se conozcan los hilos que mueven este submundo. Por su vocación, las hermanas Adoratrices continúan haciendo ver a estas mujeres explotadas que hay personas que están ahí para hacer que salgan a flote.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3448-hay-vida-fuera-del-parentesis-de-la-explotacion-sexual> - 16.04.2015

## **Trata de personas: el trabajo esclavo representa la mitad de las víctimas**

*El 49% de las personas rescatadas por el Estado desde 2008 han sido explotadas laboralmente.*

El 49% de las víctimas de trata de personas fueron explotadas laboralmente. El estudio fue realizado por el Programa Nacional de Rescate y Acompañamiento a las Personas Damnificadas por el Delito de Trata, organismo dependiente del Ministerio de Justicia, en base a las personas rescatadas por el Estado desde 2008 hasta la fecha. En ese año se sancionó la ley que considera a la trata como un delito sexual.

El rescate fue realizado en el marco de la prevención del delito de trata que en Argentina aún persiste. Sin embargo, se implementan políticas con el objetivo de fomentar el trabajo registrado, acabar con la informalidad laboral y asistir a los damnificados.

Entre 2008 y marzo de este año, se rescataron a 8.151 víctimas de trata sexual y laboral, en el marco de causas judiciales que comprenden allanamientos, entrevistas en sedes judiciales, y acompañamiento y asistencia en declaración testimonial, así como en reconocimiento fotográfico o en domicilio.

Una de las formas mediante las cuales se detecta el trabajo esclavo es debido a la línea para denunciar ese tipo de delitos (la línea telefónica 145), en la cual -entre enero y marzo de este año- se recibieron 544, siendo el 44% de ellas (247) provenientes de la Ciudad de Buenos Aires.

La problemática de la trata de personas explotadas laboralmente volvió a ser agenda pública tras la muerte de dos niños de 7 y 10 años en un taller clandestino del barrio porteño de Flores, quienes quedaron atrapados en las llamas mientras dormían en un ambiente en donde, según el relato de vecinos, funcionaba un taller clandestino de confección de ropa.

Si bien la esclavitud y el trabajo forzoso fueron progresivamente abolidos a nivel nacional desde hace casi 100 años, actualmente existen nuevas formas de reducción a la servidumbre, por lo que, de acuerdo a lo señalado por la Dirección de Rescate dependiente de la cartera conducida por Julio Alak, se relaciona con transformaciones económicas y políticas del sistema capitalista y la consolidación del modelo "neoliberal".

"Al correr y limitar al Estado en su función de garante de los derechos de los ciudadanos", el "libre mercado" crea un "terreno propicio para la legitimación de la explotación y sostenimiento de las desigualdades", reflexionaron.

El informe, al que tuvo acceso Télam, relevó también que el 53% de las víctimas son de origen extranjero, en su mayoría -sólo teniendo en cuenta

los rescates realizados entre enero y marzo de este año- boliviana (40%), paraguaya (31%) y dominicana (23%).

La explotación laboral tiene una serie de características particulares por las cuales se genera una situación de "asimetría de poderes entre la víctima y el explotador", por ejemplo: la retención de sus documentos, la falta de dinero o la imposibilidad de comunicarse.

"La trata de personas sigue sosteniéndose, entre otras cuestiones, por la naturalización de las desigualdades sociales", destacaron; es por ello que la que se realiza con fines de explotación laboral "también es considerada una de las formas más extremas de violación de los derechos humanos".

El Estado Nacional ha sancionado una serie de medidas y se crearon diversos organismos gubernamentales con el fin de reducir la brecha entre explotadores y explotados y brindar contención y asistencia a las víctimas; entre ellos, el programa conducido por Zaida Gatti del que se desprenden los datos del informe.

Además de la ley sancionada en 2008, para la prevención del delito de trata; se aprobó la ley de Promoción del Trabajo Registrado y Prevención del Fraude Laboral en mayo del año pasado, que prevé la creación de registros públicos en el ámbito del Ministerio de Trabajo y la sanción para aquellos empleadores que no cumplan con la registración de sus trabajadores.

Inclusive, diez años antes se sancionó la ley mediante la cual se creó el Sistema Integral de Inspección del Trabajo y de la Seguridad Social, que tiene como objetivo controlar y fiscalizar el cumplimiento de las normas de trabajo y de la seguridad social, así como el combate del trabajo no registrado.

Un reciente estudio de la Organización Internacional de Trabajo (OIT) destacó la caída de 14,5 puntos porcentuales el trabajo asalariado no registrado entre 2003 2012, "a partir del desempeño económico y de las políticas públicas implementadas en los últimos años".

En octubre del año pasado, durante la 18º Reunión Regional que se realizó en Lima, Perú, se presentó un informe de situación en los países de América latina en donde se rescató la tendencia decreciente de la informalidad laboral: si en 2009 era de 49,2%, sería ahora del 46,8%, es decir, unos tres puntos porcentuales menos.

Fonte: <http://www.eldestapeweb.com/trata-personas-el-trabajo-esclavo-representa-la-mitad-las-victimas-n5400> - 01.05.2015

## Rohinyás, la vida como clandestinos tras sobrevivir a la trata de personas

*El drama de la etnia musulmana rohinyá no termina con los abusos sufridos a causa de la trata.*

Las penurias de muchos musulmanes rohinyás no acaban tras sobrevivir a las torturas y abusos de la trata de personas, sino que continúan con las deudas contraídas y la vida como clandestinos en Tailandia.

En un ínfimo piso en el norte de Bangkok, viven hacinados cinco miembros de una familia rohinyá, incluidos dos niños, que pasaron por todo tipo de penurias en un peligroso viaje para huir de la persecución en Birmania (Myanmar).

Aliviados por dejar atrás las restricciones en su país natal, pero con unas deudas que ascienden a unos 3 millones de kyat birmanos (unos 2.700 dólares), lo que tuvieron que pagar a los traficantes, entre los que había rohinyás y tailandeses.

"Aquí tenemos muchos problemas. Los niños. Mi marido tiene una deuda que devolver. El trabajo no es regular. La vida no es muy buena", explica a Efe Salima, que utiliza un pseudónimo por miedo a las autoridades ya que carecen de permisos de residencia.

Su marido es el primero que llegó en 2012, después arribó su sobrino Halim hace unos nueve meses y, finalmente, ella con sus dos hijos dos meses más tarde.

Todos viven en una vivienda de una habitación prácticamente vacía, donde duermen en esterillas en el suelo, y cocinan con una hornilla de gas portátil en la parte trasera.

La madre de dos hijos, de 4 y 8 años, señala que llegan a ganar hasta 5.000 bat (unos 148 dólares) a la semana con la venta ambulante de roti, una torta de harina de trigo que condimentan con leche condensada, miel o chocolate.

Pero el dinero se esfuma con el alquiler, las facturas y el pago de la deuda que contrajeron con las mafias que los trajeron a Tailandia.

Viven ocultos de las autoridades porque están indocumentados y tampoco reciben asistencia de organizaciones internacionales.

Sin embargo, la ayuda de algunos locales le ha permitido escolarizar al mayor de sus hijos, para el único que consiguió reunir los 7.000 bat (unos 207 dólares) de la matrícula y los uniformes.

Salima, de 35 años, llegó a Bangkok tras una travesía en el golfo de Bengala y el mar de

Andamán en el que fue testigo de torturas, asesinatos y hasta violaciones de mujeres en los barcos fletados desde las costas birmanas.

"Es difícil de explicar. Las mujeres eran violadas allí, incluso murieron y eran torturadas. Algunas mujeres fueron deshonradas por los traficantes. Una situación muy estresante", relata.

En la embarcación apenas podían moverse, no tenían intimidad y escaseaban la comida y los alimentos.

Tras dos meses de periplo, llegaron al sur de Tailandia, donde la encerraron en un campo clandestino en pequeñas jaulas sin techumbre donde apenas podían echarse.

"No teníamos cobijo. Nos daban un plástico para cubrirnos cuando llovía", asevera Salima.

En su opinión, no abusaron sexualmente de ella porque viajaba con dos niños, aunque confiesa que no tiene palabras para explicar el sufrimiento y el trauma.

Aún conserva la "tarjeta blanca", un documento de identidad temporal que el Gobierno birmano revocó recientemente a los rohinyás, a los que no reconoce la ciudadanía.

Halim, de 20 años, también se embarcó en un navío fletado por los traficantes de personas en el estado Rakhine, en el oeste birmano.

El rohinyá dice que de 100 de los 400 ocupantes del barco perecieron en la travesía a causa del hambre, las enfermedades o el maltrato.

"Vi como amigos se hinchaban y quedaban paralizados. Cuando morían los echaban por la borda", señala el inmigrante indocumentado.

En un campo ilegal en Tailandia los traficantes le propinaban palizas con palos casi a diario para que su familia pagara un rescate de 2 millones kyat birmanos (unos 1.800 dólares).

"Somos muy pobres, no tenemos ni 20 bat, ¿cómo vamos a tener dos millones?", recuerda el joven, quien llegó a Bangkok raquítico pero ha ganado peso en los últimos meses.

Su familia en Rakhine pudo pagar una cuarta parte del rescate y, tras trabajar construyendo empalizadas y cocinando para los traficantes, finalmente lo liberaron.

En el futuro, como otros muchos rohinyás, Halim sueña con poder ir a un país como Estados Unidos, Australia o Malasia donde pueda trabajar legalmente, pero de momento se pasa las tardes vendiendo roti a sus supuestos "enemigos" birmanos en Bangkok.

"Algunos me dicen que en Birmania tenemos problemas, pero aquí estamos en el mismo bando", aclara Salim mientras prepara rotis para los

peones que terminan su jornada en la construcción, muchos de ellos birmanos y camboyanos también con problemas de papeles.

Con los traficantes que mataron a sus amigos y le torturaron no se muestra tan benévolo: "Sólo les deseo la muerte".

Fonte: <http://www.elespectador.com/noticias/elmundo/rohinyas-vida-clandestinos-tras-sobrevivir-trata-de-per-articulo-565178> - 08.06.2015

## **Extracción de órganos en niños y jóvenes migrantes, nuevo negocio de narcos mexicanos; ganancias de 11 mmd**

Si por cada niño, joven o persona menor a 40 años que logró cruzar la frontera, dos no llegaron a su destino, se podría estar hablando de un aproximado de 80 u 85 mil personas que salieron en busca del 'sueño americano' pero no lo consiguieron, ni siquiera llegaron a los límites entre México y Estados Unidos y se quedaron en nuestro territorio, la pregunta es ¿a dónde se fueron?, porque también desaparecieron los cuerpos", comenta el abogado criminalista Luis Felipe Rivas.

"Aunque pareciera que el permitir en ciertas regiones de Estados Unidos una cantidad por persona de sustancias para 'el esparcimiento' y de forma medicinal, no afectara al narcotráfico, lo ha convertido en un negocio que no ha perdido sus ingresos millonarios, pero sí ha causado afectaciones, principalmente a los cárteles que exportan droga a EEUU; por otro lado, también se encuentran con las nuevas tecnologías, que les hacen 'competencia', ya que con éstas, cualquier consumidor puede producir droga artificial en el baño de su casa, con instrucciones de cómo hacerlo, en su búsqueda por nuevas formas de obtener ganancias (ilícitas), descubrieron una 'mina de oro', cuyo principal cliente también es EEUU", sentencia Rivas.

Complementa que, "el nuevo negocio tiene mayor rentabilidad que las drogas, y las ganancias son estratosféricas, dicho sea de paso mantiene otro atractivo que es-con autoridades desinteresadas y deshumanizadas que no se detendrán a investigar-sin duda, el tráfico de órganos. Siendo el Cártel de los Templarios los primeros en capturar víctimas para dar paso al negocio".

Rivas menciona que Enrique Plancarte Solís, jefe del cártel de los Templarios y su sobrino Manuel Plancarte Gaspar, poco antes de ser capturados, habían iniciado el 'experimento' de la extracción de órganos en niños y jóvenes migrantes, quienes tienen las mejores condiciones de salud. Otro de los grupos delictivos- a decir por el abogado- que

se dedica a esto son los Zetas, ambos primeros en incursionar en la extracción en migrantes.

Según ONU, la escasez de órganos para trasplante se ha convertido en un problema a nivel mundial, siendo Estados Unidos, China, Brasil y México quienes mayores problemas tienen al momento de buscar un órgano, obteniendo solamente 10% de los órganos que esperan los pacientes; en el caso de EEUU mueren más de 10 mil personas al año en espera de un donador.

Aún con una veintena de denuncias sobre la problemática del tráfico de órganos, por parte de asociaciones nacionales e internacionales, en su momento el ex procurador general de la República, Jesús Murillo Karam, afirmó, "el tráfico de órganos no es tan grave en México, ya que no hay muchas denuncias".

"Pero por supuesto que no hay denuncias, el donante está muerto, no lo va hacer, si es migrante cómo lo sabrá la familia, la lógica de lo absurdo de nuestras autoridades también es uno de los mayores problemas, porque en otro sitio tampoco se investigará de dónde proviene dicho órgano, menos ante la esperanza de una familia que se entera que ha llegado la posibilidad de salvar la vida de su ser querido", comenta Rivas.

ONU ha informado que durante sus investigaciones han constatado que en mercados clandestinos americanos, alemanes, suizos e italianos, se paga 102 mil euros por un riñón, 150 mil euros por un hígado, 150 mil euros por un pulmón, 87 mil euros por una cornea, 165 mil euros por la médula ósea, 150 mil euros por el corazón, 144 mil euros por un páncreas y 10 mil euros por venas y arterias.

Al mismo tiempo se sabe que pacientes provenientes de Estados Unidos, Alemania, Italia y Egipto, principalmente, viajan a 'hospitales' sofisticados pero underground mexicanos, que realizan cirugías de trasplantes con equipos de alta

complejidad, donde no se cuestiona de dónde proviene el órgano.

Según Save The Children “en muchos países desarrollados un elevado número de personas salvan sus vidas gracias al tráfico de órganos de menores indocumentados, el pedido de órganos está aumentando considerablemente en los países occidentales, mientras que el número de donantes ha bajado”.

En la zona norte de México los grupos delictivos han dejado de lado el secuestro de migrantes para dedicarse al tráfico de órganos, situación que en los últimos dos años y medio se ha incrementado significativamente, dado que las autoridades se encuentran coludidas con los policías fronterizos, asegura en un documento la presidenta de la Comisión Especial para la Lucha contra la Trata de Personas, Leticia López Landeros.

“En este país los narcotraficantes y otras bandas delincuenciales ganan más dinero extrayendo órganos del cuerpo de los migrantes que solamente secuestrándolos. El modus operandi se basa en engañar a las familias diciéndoles que los van ayudar a cruzar a Estados Unidos, a veces son madres con niños, otras hombres con menores, los llevan a alguna casa o bodega, ya capturados los separan, y es así como proceden a matar uno a uno, con una inyección letal sin que se dañe los órganos, para posteriormente extraerlos y venderlos al mercado negro de Estados Unidos”, afirma el sacerdote Alejandro Solalinde a Revolución TRESPUNTOCERO.

También comenta que los órganos que son transportados a Estados Unidos son “aparentes donaciones, lo cual es mentira, porque se trata de un negocio que ha sido de muchísimo mayor provecho para ellos, que cualquier otro, éste podría ser el más triste y difícil de los problemas de los migrantes”.

Según cifras de la Comisión, en México 32 mil niños y adolescentes son explotados sexualmente, y los casos de aproximadamente 20 mil desaparecen en el lapso de un año, situación que se adjudica a la venta de sus órganos, ya que en el mercado negro algunos pueden alcanzar el costo de hasta medio millón de pesos, manteniendo ganancias que oscilan entre los 10 y 11 mil millones de dólares anuales.

La comisión asegura que es difícil especificar el número de víctimas debido a la falta de archivos estadísticos, sin embargo, la manera en que se contabilizan es por medio de los cadáveres encontrados en estado incompleto. El primer descubrimiento de fosas clandestinas fue en 2013,

cuando se localizó una cantidad “escandalosa” de cuerpos de migrantes sin órganos.

Solalinde explica que esta situación se da en un contexto de abandono por parte de las principales naciones que permiten la salida de sus ciudadanos a causa de pobreza, inseguridad y escasas de oportunidades, y cita el ejemplo de El Salvador, que asegura ha vivido cómodamente de sus remesas, sin ofrecer mejores formas de vida a su pueblo, afirmando que una de las principales problemáticas jamás solucionadas es la proliferación de Mara Salvatruchas, que en el caso de Honduras, lo ha llevado a convertirse en un Estado fallido y territorio usado como negocio de las transnacionales, incluyendo el narcotráfico y las bases militares de Estados Unidos que ahí se han posicionado.

Y agrega que a estos países se le une Guatemala, que también funge como administrador de la riqueza que explota Estados Unidos, por todo eso los gobiernos no se han preocupado por las mejores de vida de sus connacionales y se han convertido en exportadores de humanos que corren distintos peligros, sin que las autoridades se enteren de dichas tragedias.

“El FBI realizó una amplia investigación sobre cómo en la frontera norte del país actúan los traficantes de órganos, así atraparon a una banda que aceptó convertirse en testigos protegidos, de esa manera mostraron la forma en que operaban, de esto ya tiene cuatro años, ellos realizaron una demostración en una Universidad de Estados Unidos, con cadáver, al que después de una inyección procedieron a extraerle los órganos con la finalidad de enseñar que lo hacía una persona que no tiene la profesión de médico, y que aún así no se llevó más que unos pocos minutos en el procedimiento”, sentencia Solalinde.

Al mismo tiempo señala la falta de compromiso de México para la intervención en dicha problemática, afirmando que el FBI tiene toda la documentación de la situación, pero la pronta solución se ha encontrado dos obstáculos: primero que el país del norte es el beneficiado inmediato, porque existe una gran demanda de órganos; y segundo que el gobierno estadounidense sabe perfectamente que “Peña Nieto está al frente de un gobierno corrupto, por lo tanto hará caso omiso de las pruebas, como en todas las ocasiones anteriores, cuando denuncian gobernadores y personas de primer nivel, sin embargo se le ha hecho caso omiso, y prefieren no entregarla”.

“Y si el gobierno mexicano no hace nada por los migrantes, es porque pierde el negocio del cual también se beneficia; es uno de los mejores que ha

tenido el narco, porque con el secuestro podían obtener, si les iba bien, 7 mil dólares, aunque la mayoría de la veces era menos, pero por un órgano del mercado negro la suma sube a millones de dólares. Dichas ganancias son generadas en contubernio con corporaciones de todo tipo, ya que siempre existe gente infiltrada en el Ejército y Marina, y gente del gobierno en el narcotráfico, así como en su momento fuerzas armadas y algunos políticos pertenecieron al cártel de los Zetas, porque no existe una sola dependencia en donde no hayan funcionarios que no estén infiltrados en el narco y al revés”, sentencia Solalinde.

A su vez asegura que “lamentablemente para este problema no habrá solución, no solamente por toda la corrupción que existe en el gobierno, si no por el compromiso que hay con Estados Unidos, y es que por un lado detiene a los migrantes para que no

pisen Norteamérica, y al mismo tiempo aprovecha el contexto para robar los órganos de los migrantes, ya que así el gobierno también obtiene ganancias ilícitas, además el ejército tampoco podría hacer algo porque quien controla el país es el narcotráfico”.

“El primer problema y aterradoramente entendible, es la desesperación por seguir viviendo, que en realidad es la que sostiene el negocio del tráfico clandestino de órganos humanos en el mundo, cuando se está ante la posibilidad de mantenerse en pie, no se piensa en las consecuencias, es así como se da paso a una acción criminal organizada, en donde los ricos obtienen órganos por medio del robo de una parte de su cuerpo a personas pobres”, sentencia Rivas.

Fonte: <http://alinstantenoticias.com.mx/?p=5556>

- 08.06.2015

## ITALIANO

### **Dall'asilo politico alla lotta ai trafficanti, la nuova agenda europea sull'immigrazione**

*La Commissione lancia il suo programma per "creare un'Unione Europea più sicura, più prospera e più attraente". Quattro aree di intervento, novità in arrivo per i lavoratori stranieri più qualificati*

Stamattina, mentre si contavano le vittime dell'ennesimo viaggio della speranza nel Mediterraneo, a Bruxelles la Commissione Europea discuteva di immigrazione. In particolare, iniziava a lavorare a quell'agenda europea che, secondo il commissario Dimitris Avramopoulos, dovrebbe “creare un' Unione Europea più sicura, più prospera e più attraente”.

“Dobbiamo fare un uso migliore e più coerente di tutti gli strumenti che abbiamo a disposizione, concordare priorità comuni e raccogliere più risorse a livello europeo e nazionale per raggiungere una solidarietà reale e condividere meglio la responsabilità tra gli Stati membri” ha detto il vicepresidente Frans Timmerman. E ha annunciato la nuova agenda verrà presentata il prossimo maggio.

Nella discussione di oggi, sono state identificate quattro aree di intervento. La prima è la creazione di un forte sistema comune d'asilo, che elimini le differenze ancora esistenti tra i diversi Paesi membri. La Commissione vuole approfondire la cooperazione con i Paesi terzi “per affrontare le cause prime della migrazione” e per distribuire il carico dell'accoglienza punta a un utilizzo più diffuso

di strumenti come la “relocation” il “resettlement”, cioè il trasferimento di rifugiati da un Paese europeo all'altro o da un paese extraeuropeo nell'Ue.

Nell'agenda entra anche una nuova politica europea della migrazione legale. L'Ue deve combattere la disoccupazione, ma anche essere capace di attrarre dall'estero i talenti di cui ha bisogno per essere competitiva a livello globale. Di qui l'intenzione di una revisione della direttiva sulla Blue Card, il “super permesso di soggiorno” accompagnato da diverse agevolazioni destinato ai lavoratori stranieri più qualificati.

Parallelamente, bisogna lottare più duramente contro l'immigrazione irregolare e i trafficanti di uomini. Secondo Frontex, nel 2014 ci sono stati 278 mila ingressi irregolari, il doppio rispetto al 2011. La Commissione sta lavorando a un pacchetto di interventi contro il traffico di esseri umani e strumenti per agire “in Paesi e su rotte prioritari, in stretta collaborazione con i Paesi terzi, anche tramite gli accordi di riammissione e i quadri di cooperazione vigenti (ad esempio i processi di Rabat, di Khartoum o di Budapest)”.

Infine, riguardo alla sorveglianza dei confini esterni dell'Ue, bisognerà discutere se e in che misura l'agenzia Ue per le frontiere Frontex abbia bisogno di un budget maggiore, di più mezzi e di più uomini. La Commissione indica la strada: "Dobbiamo ottenere più risorse dagli Stati membri conclude se

davvero vogliamo rafforzare il lavoro di Frontex e far entrare in azione squadre europee di polizia di frontiera".

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3324-dall-asilo-politico-alla-lotta-ai-trafficienti-la-nuova-agenda-europea-sull-immigrazione> - 05.03.2015

## **Permesso di soggiorno a chi collabora contro trafficanti e scafisti**

*Lo prevede il decreto sul terrorismo che ha incassato ieri l'ok della Camera. Amplicati i casi in cui può essere regolarizzato chi aiuta polizia, magistrati e 007*

Invogliare gli immigrati a denunciare i trafficanti di uomini, aiutando la giustizia italiana a identificare e punire chi si arricchisce riempiendo i barconi di disperati.

C'è anche questo obiettivo nel decreto contro il terrorismo al quale ieri sera la Camera dei Deputati ha dato il via libera per la conversione in legge. È racchiuso in una norma che amplia la platea di persone alle quali può essere concesso un "permesso di soggiorno a fini investigativi".

Finora questo tipo di permesso poteva essere rilasciato a chi collabora ad operazioni di polizia, indagini o processi relativi a delitti commessi per "finalità di terrorismo, anche internazionale, o di eversione dell'ordine democratico". Il decreto legge ha aggiunto anche i casi di "criminalità transnazionale", com'è quella che gestisce le rotte dell'immigrazione clandestina.

La collaborazione di cittadini stranieri su questo fronte, sostiene il governo nella relazione introduttiva del decreto, "può essere utile anche ai fini della prevenzione del terrorismo". "L'immigrazione clandestina – spiega - può rappresentare un veicolo per il compimento di attività di matrice terroristica nel territorio nazionale o europeo".

Il "permesso di soggiorno a fini investigativi" viene rilasciato dal Questore autonomamente, su proposta della polizia e dei servizi segreti o su richiesta della magistratura. È annuale, ma può essere rinnovato di anno in anno. Nei casi in cui la collaborazione ha avuto una "straordinaria rilevanza" per evitare attentati terroristici, ridurne le conseguenze o identificare gli autori, può essere però rilasciata direttamente la carta di soggiorno.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3422-permesso-di-soggiorno-a-chi-collabora-contro-trafficienti-e-scafisti> - 08.04.2015

## **Vaticano: applicare leggi contro traffico di esseri umani**

È la tratta degli esseri umani – orrore più volte denunciato da Papa Francesco – l'argomento di dibattito che ha impegnato questa mattina, e fino a martedì prossimo, gli esperti giunti in Vaticano per la 21.ma sessione plenaria della Pontificia Accademia delle Scienze Sociali. A seguirla c'era Francesca Sabatinelli:

La Chiesa è da sempre in primo piano nel mobilitare l'opposizione alla tratta delle persone. Lo testimonia la serie di appuntamenti ad alto livello promossi da Papa Francesco che, sin dall'inizio del suo Pontificato, ha costantemente ripetuto che il traffico di esseri umani è la moderna schiavitù e che è un crimine contro l'umanità. Dopo l'appuntamento del novembre del 2013, la Pontificia Accademia delle Scienze Sociali dedica la sua sessione plenaria, da oggi e fino al 21 aprile, al "Traffico di esseri umani: questioni al di là della criminalizzazione", un appuntamento con il quale,

oltre a unire la sua voce a quella delle altre istituzioni della Santa Sede impegnate nella lotta a questo orribile fenomeno, intende fornire una agenda concreta per l'eliminazione di questo crimine contro l'umanità, sia nelle sue cause che nelle sue conseguenze. Anche in questa occasione sono presenti studiosi, docenti universitari funzionari di organizzazioni governative, compreso Gustavo Vera, amico di lunga data di Papa Francesco, presidente della Fondazione La Alameda di Buenos Aires:

Me parece que, en primer lugar...

"In primo luogo, credo che gli Stati debbano impegnarsi a difendere la vita, la libertà e la dignità delle persone, devono mantenere un atteggiamento di fermezza rispetto al tema della tratta delle persone. E questo, per me, passa non soltanto attraverso la penalizzazione dei mercanti di schiavi, di coloro che compiono la tratta, ma



anche seguendo la strada del denaro, confiscando i beni della mafia e riutilizzandoli socialmente. Una legge che deve esistere in quei Paesi in cui esistono i diversi livelli della mafia, traffico di esseri umani, tratta, narcotraffico. E' necessario seguire la strada dei soldi, confiscare i beni della mafia e questi fondi della mafia devono poi essere utilizzati anzitutto per risarcire ed aiutare le vittime della mafia, della tratta, affinché possano essere reinserite nella società e lavorare. E lo Stato questo lo deve garantire, deve garantire una qualche forma di lavoro sostenibile per le vittime della mafia, della tratta e del lavoro-schiavo. Combattere contro la tratta delle persone significa combattere contro la mafia globale, perché in realtà la tratta è soltanto uno dei tanti aspetti del crimine organizzato. La tratta, il narcotraffico, il traffico di organi e il lavoro-schiavo sono in realtà attività mafiose, quelle che fanno recuperare soldi, calpestando la dignità, la libertà e la vita delle persone. Bisogna quindi attaccarla integralmente e attaccarla integralmente significa non soltanto affrontare la questione penale, non soltanto l'aspetto preventivo, ma anche e soprattutto l'aspetto economico. E' necessario smantellare la base economica alla mafia e riutilizzarla a favore della società".

"Non più schiavi, ma fratelli", questo il Messaggio di Francesco per la Giornata Mondiale della pace 2015, in cui il Papa ci ricorda i volti della schiavitù ieri e oggi, quando parla tra l'altro dei "tanti lavoratori e lavoratrici anche minori, asserviti nei diversi settori", o delle condizioni di vita dei migranti, delle "persone costrette a prostituirsi", di chi cade nella schiavitù sessuale, o di chi subisce matrimoni forzati. Flaminia Giovanelli, sottosegretario del Pontificio Consiglio della Giustizia e della Pace, lo ricorda nel suo intervento:

"Certamente, il messaggio è, in sé, uno degli strumenti con i quali la Chiesa e il Papa attirano l'attenzione anche dei responsabili politici, ai quali spetta un compito molto importante in questa lotta, perché – come è stato affermato anche questa mattina – le leggi e gli strumenti giuridici esistono, ma il problema è come applicarli. Abbiamo sentito anche testimonianze molto importanti sul fatto che in certi casi non vengono applicati proprio per colpevolezza da parte degli amministratori, dei funzionari dei vari Stati. Quello che caratterizza il Messaggio di quest'anno è la concretezza e risponde molto – come ben sappiamo – anche al carattere e al temperamento del Santo Padre nel dire: "Bene, questo è il momento di agire". Viene attirata l'attenzione sul fenomeno della schiavitù, sembra quasi un anacronismo ma oggi, invece, è ancora molto attuale, benché con forme diverse. Il

messaggio espone quali siano le nuove forme di schiavitù, un elenco molto lungo e anche molto sconvolgente. E poi, dopo, si cercano alcune cause, il Papa nel Messaggio parla di alcune delle cause all'origine di questo fenomeno della tratta e della schiavitù, che verranno poi studiate in dettaglio, approfondite nel corso di questa sessione dell'Assemblea plenaria della Pontificia Accademia. Certamente, l'appello – l'abbiamo già sentito oggi – è che sì, la legislazione esiste, sia in campo nazionale che in campo internazionale, ma anche che finché non ci sarà una conversione, una presa di coscienza delle singole persone, non si arriverà a niente".

Una delle sfide più importanti per chi sostiene le persone vittime del traffico è quella di aiutarle a reintegrarsi nelle società. Sarà compito di suor Eugenia Bonetti parlarne all'Assemblea nei prossimi giorni. Suor Bonetti, missionaria della Consolata e responsabile dell'Ufficio Tratta Donne e Minori dell'Usmi, l'Unione Superiori maggiori d'Italia, da oltre vent'anni instancabilmente in lotta contro questa piaga:

"Questo convegno sta mirando a far emergere, in modo particolare, la possibilità di non continuare a discutere sulle cause, sulla realtà della schiavitù, ma a vedere in pratica che cosa stiamo facendo, dove stiamo andando. Noi abbiamo visto queste situazioni di schiavitù di bambini, di accattonaggio, di donne sfruttate sulla strada, di tratta degli esseri umani per la schiavitù del sesso, di matrimoni forzati, dell'espianto degli organi dei bambini, sono tutte forme che conosciamo. Però che cosa offriamo? Che cosa stiamo facendo per ridare a queste persone vittime di tratta l'opportunità, la possibilità di ritornare ad essere persone? La nostra società oggi, parliamo anche dell'Italia, cosa sta offrendo? Quanta gente sta facendo la "furbetta! per accaparrarsi soldi, appalti, perché sulla pelle dei poveri tutti mangiano... tranne loro! Questo è il grosso problema, che noi dovremo avere il coraggio di affrontare, di smantellare e di dire che questo è veramente un crimine contro l'umanità. Perché noi usiamo nostri poteri per sfruttare ancora i più poveri e a volte lo facciamo dietro il paravento che del volerli aiutare e del volerli assistere. Gli interessi però sono i nostri. E' sotto gli occhi di tutti! Gli appalti per le case per i rifugiati o per gli immigrati, dove sono andati a finire questi soldi? E' una vergogna! La corruzione oggi è veramente quello che sta distruggendo il nostro mondo. Qui c'è un grande lavoro da fare e questo è un lavoro della Chiesa, in modo particolare, un lavoro delle scuole, un lavoro di formazione per poter dire "No! Non ti è lecito!". Per questo noi vogliamo in questo convegno

parlare anche di come aiutare le persone a riprendere in mano la loro vita, il loro futuro, offrendo loro delle opportunità. Ciascuno ha un ruolo da compiere: il governo, la Chiesa, le istituzioni educative, le famiglie, i mass media, e quello che è importante è che ciascuno se lo prenda questo ruolo e faccia la sua parte. Per la Chiesa, l'interesse è la persona. In particolare noi religiose, che operiamo in questo campo, vogliamo essere donne a favore di altre donne. Nessuna

deve essere costretta a essere schiavizzata dai nostri stessi sistemi di vita".

Tutti i partecipanti alla sessione plenaria della Pontificia Accademia delle Scienze Sociali saranno ricevuti domani alle 12 nella Sala del Concistoro da Papa Francesco.

Fonte:

[http://it.radiovaticana.va/news/2015/04/17/vaticano\\_applicare\\_leggi\\_contro\\_traffico\\_di\\_esseri\\_umani/1137627](http://it.radiovaticana.va/news/2015/04/17/vaticano_applicare_leggi_contro_traffico_di_esseri_umani/1137627) - 17.04.2015

## Il traffico di migranti, raccontato dagli scafisti

*Un giornalista del Guardian ha incontrato chi organizza i viaggi nel Mediterraneo, si è fatto spiegare come funzionano e quanto costano (e perché molte delle cose che ne diciamo qui non hanno senso)*

Il giornalista britannico Patrick Kingsley – corrispondente in Egitto per il Guardian e vincitore di diversi premi internazionali di giornalismo – ha scritto venerdì un lungo articolo sul Guardian per raccontare il traffico illegale di migranti nel Mar Mediterraneo Centrale, visto dalla costa libica. Kingsley ha cercato di capire chi sono gli scafisti che sia l'Unione Europea che il governo italiano hanno detto di voler combattere. Ha raccontato degli interminabili viaggi che compiono i migranti per arrivare ai porti libici da cui partono le navi e ha messo insieme approssimativamente i costi di una traversata del Mediterraneo. Sono tutte informazioni utili per capire la portata del fenomeno e le difficoltà che dovrà affrontare l'Unione Europea – e anche l'Italia – per fare quello che ha detto di voler fare sull'immigrazione clandestina.

### *Le navi dei migranti, che sono navi per pescare*

Giovedì 23 aprile l'Unione Europea ha annunciato che avrebbe avviato operazioni militari contro i trafficanti che hanno la loro base in città portuali come Zuwara, nel nord-ovest della Libia, vicino al confine con la Tunisia, di cui parte la maggioranza degli immigrati che arrivano in Italia. La sera di giovedì il presidente del Consiglio europeo, Donald Tusk, ha aggiunto che il piano ha l'obiettivo di «catturare e distruggere le imbarcazioni usate dai trafficanti prima che loro le possano usare». Il problema, ha raccontato Kingsley dopo avere parlato con un ex trafficante di esseri umani e altri due uomini che continuano ancora oggi a portare i migranti al di là del Mediterraneo, è che per fare quello che ha detto di voler fare l'Unione Europea dovrebbe bombardare e distruggere tutto il porto di Zuwara.

A Zuwara, come in altri porti libici, non esiste una differenza netta tra pescherecci e imbarcazioni usate per il traffico di esseri umani: la transizione è

“impercettibile” e piuttosto rapida. Un trafficante che Kingsley ha chiamato Hajj ha detto: «Una delle ragioni per cui il pesce libico è così costoso è la mancanza di pescherecci che vadano in mare a pescare. Sono usati tutti dai trafficanti di persone». Hajj, 33 anni, laureato in legge, non è preoccupato per le ultime decisioni dell'Unione Europea: «Non mi sento minacciato. Succede da anni che vengano fatte promesse e minacce. Non faranno niente. Cosa dovrebbero fare, mettere due fregate qui? Due navi da guerra? Nelle acque territoriali libiche? Sarebbe un'invasione». C'è poi la difficoltà di individuare i trafficanti. Hajj ha raccontato: «Nessuno ha la scritta “trafficante” sul petto. Chiunque qui può vendere il suo appartamento, comprare una barca e organizzare un viaggio fino all'altra parte del Mediterraneo. Il tempo di organizzare il secondo viaggio e ha già recuperato il costo dell'appartamento venduto. È una formula molto semplice».

### *Le rotte attraverso il Sahara*

Secondo Kingsley l'opzione militare non può funzionare anche per un'altra ragione. Il traffico di esseri umani è diventato un mercato redditizio non solo nelle economie costiere libiche, ma anche in diversi punti del Nordafrica da cui passano i migranti per arrivare in Libia. Ci sono moltissimi modi per raggiungere i posti da dove partono le navi: Samer Haddadin, il capo dell'agenzia a Tripoli che si occupa di profughi per l'ONU, ha detto che bisogna pensare alla Libia come a un paese che «ha due mari. C'è il Mediterraneo. Ma a sud della Libia c'è il mare del Sahara. Ci sono persone che arrivano da sud, dal Niger o dal Sudan, il cui viaggio è molto rischioso». Ci sono i siriani – il gruppo più numeroso che ha attraversato il Mediterraneo lo scorso anno – che arrivano in Libia attraversando diversi paesi (Giordania, Egitto e poi

Sudan). Le persone che arrivano dall'Africa Occidentale – tra cui nigeriani, ghanesi e senegalesi – arrivano spesso in Libia attraversando il Niger e il Mali e passando sotto le zone controllate da parecchi trafficanti.

Durante il viaggio verso la Libia attraverso vari paesi africani i migranti rischiano di essere rapiti o costretti alla schiavitù. Kingsley scrive che ci sono molte storie di trafficanti che hanno abbandonato i loro "clienti" tra le dune del deserto, lasciandoli morire di sete. Indicativamente ci sono due modi per raggiungere la Libia. Il più rapido è compiere il viaggio tutto in una volta: Bayin Keflemekal, 30 anni, infermiera dall'Eritrea, ha pagato circa 6.500 euro per raggiungere la costa libica attraverso il Sudan, a bordo di diversi pick-up. Altri migranti ci arrivano facendo delle tappe intermedie, fermandosi quindi per diversi mesi in altri paesi per guadagnare i soldi necessari a proseguire il viaggio.

#### *Come si arriva fino alla barca*

Kingsley ha scritto che non è facile sintetizzare quello che succede dopo, perché ogni trafficante usa tecniche diverse per portare i migranti verso le coste italiane. Hajj per esempio usa sia dei pescherecci in legno – comprati dai pescatori – sia dei gommoni Zodiac, che dice essere più sicuri. Un altro trafficante, che Kingsley chiama Ahmed, dice invece che è impossibile raggiungere le coste italiane con i gommoni Zodiac. I migranti vengono portati sulle spiagge da dove partono le imbarcazioni generalmente da un intermediario, a cui il trafficante paga una cifra stabilita: Ahmed per esempio ha detto di pagare l'intermediario circa 350 euro a viaggio.

Quello che invece pagano i migranti per farsi trasportare dall'altra parte del Mediterraneo dipende dalla loro provenienza. Hajj ha detto che un africano subsahariano normalmente paga una cifra compresa tra i 740 e 920 euro, un siriano non oltre i 2.300 euro, un marocchino non oltre i 1.500 euro. Hajj ha detto che i siriani tendono a pagare di più per garantirsi più sicurezza durante il viaggio, mentre i subsahariani, che hanno meno soldi, non chiedono garanzie. Hajj ha spiegato che i prezzi in questo periodo si sono abbassati, visto che la domanda è aumentata e i trafficanti cercano di riempire le loro barche con più persone possibile. I guadagni dei trafficanti, scrive Kingsley, sono difficili da quantificare perché dipendono da diversi fattori, come la grandezza delle imbarcazioni usate e il numero di persone che si trasportano. Ahmed ha stimato comunque che i profitti del suo gruppo siano intorno a 34mila euro per viaggio: in una

settimana di lavoro più intenso, in cui vengono fatte partire anche 20 barche, il guadagno può arrivare a 700mila euro.

Hajj e Ahmed hanno spiegato come funziona l'imbarco: ai migranti viene fatta una telefonata e viene detto di trovarsi in un posto specifico. Da qui i migranti vengono trasferiti in un luogo sicuro: non possono portare cellulari né bagagli, viene dato loro da mangiare e da bere e la possibilità di usare il bagno, prima dell'imbarco. La permanenza nel posto indicato dagli scafisti può durare un tempo variabile: Shady, 34enne proveniente dalla Siria, è rimasto chiuso in una casa in attesa dell'imbarco per quattro mesi: «Parecchie volte hanno detto: stiamo per partire. Ma non succedeva mai. Due volte abbiamo raggiunto la spiaggia ma poi siamo tornati indietro. Solo una volta siamo arrivati all'imbarcazione, ma poi ci hanno detto che non c'era più spazio».

#### *E il viaggio in mare?*

I modi per lasciare il porto libico, raccontano Hajj e Ahmed, sono diversi, ma tutti prevedono la corruzione di uomini della Guardia costiera libica per "chiudere un occhio". I migranti vengono fatti salire a bordo della barca di notte: viene dato loro un telefono satellitare, un localizzatore GPS, dei salvagenti (venduti loro circa 5 euro l'uno), del cibo e dell'acqua e gli viene detto di stare seduti al loro posto. Hajj ha detto: «Diamo loro istruzione di non muoversi troppo. Possono alzarsi e sedersi, ma non andare da una parte all'altra dell'imbarcazione. Se due o tre cominciano a farlo, anche gli altri vorranno farlo. Si crea il caos e questo provoca il ribaltamento della barca». Chi conduce la barca di solito non è lo stesso trafficante che organizza il viaggio: a volte sono persone che hanno qualche tipo di esperienza in mare, altre volte sono pescatori egiziani o tunisini che vogliono solo arrivare in Europa. Altre volte è qualcuno dei migranti che dice di avere capacità di condurre una barca e che si offre. Il capitano infatti viaggia gratis.

Sia Hajj che Ahmed hanno ammesso che il loro obiettivo principale non è raggiungere le coste italiane, ma far intervenire la Guardia costiera italiana o maltese, in modo che si prendano carico dell'imbarcazione. Spesso le barche puntano verso alcune petroliere che si trovano al largo di Lampedusa, sperando che le persone a bordo vedano i barconi e chiamino le autorità italiane o maltesi per i soccorsi. I trafficanti non hanno però grande conoscenza dei programmi italiani ed europei sull'immigrazione, scrive Kingsley: per esempio non sanno che a ottobre è stato cancellato Mare Nostrum, sostituito poi da Triton,

operazione che ha l'obiettivo di controllare le acque internazionali fino a 30 miglia dalle coste italiane, ma non impegnata nel soccorso dei migranti.

Fonte: <http://www.ilpost.it/2015/04/27/traffico-migranti-scafisti-mediterraneo/>  
27.04.2015

## **L'odissea dei Rohingya, gli schiavi dei barconi scappati da fame e violenze etniche**

*La Thailandia ha convocato un vertice di Paesi asiatici e osservatori umanitari internazionali per far fronte all'emergenza delle migrazioni in Oriente*

*Raimondo Bultrini*

NESSUNO ne conosce il numero, anche se un ministro malese parla di 7.000 persone e i gruppi dei diritti umani di ben oltre 8.000. Sono musulmani rohingya e bengalesi dal Bangladesh e dalla Birmania, apparsi all'improvviso tra fine aprile e maggio lungo le spiagge del sudest asiatico, magri, affamati, ammalati. Come i migranti del Mediterraneo, a bordo di carrette del mare che hanno cercato ovunque un luogo dove attraccare e sono state sistematicamente respinte. Molti di questi natanti potrebbero presto trasformarsi in bare galleggianti, con i superstiti che cercano di sopravvivere costi quel che costi. Impossibile ancora saperlo.

Nei giorni scorsi, dopo il clamore internazionale suscitato dalle prime notizie sull'odissea dei naufraghi, la Thailandia ha convocato un vertice di Paesi asiatici e osservatori umanitari internazionali che si riunisce oggi a Bangkok per far fronte all'emergenza delle migrazioni in Oriente. Mentre Malesia e Indonesia hanno accettato di accogliere e dare rifugio alle barche erranti da settimane e mesi tra le Andamane e l'Indonesia, la Thailandia ha già detto che continuerà a rifornirle soltanto di viveri e rispedirle al largo, impedendo ogni sbarco. È la stessa linea dura scelta 3 anni dall'Australia, che "subappalta" i migranti ad altri Paesi come Nauru, la Nuova Guinea e ora la Cambogia.

L'unico salvataggio finora documentato di quest'ultima odissea, è quello di una barca avvistata da una troupe della Bbc e giunta salva lungo le coste orientali di Aceh, con centinaia di uomini, donne e bambini al limite del collasso. Altre migliaia e migliaia restano abbandonati al largo, almeno 3mila secondo dati delle Nazioni Unite - a lottare tra la vita e la morte, soprattutto membri dell'etnia musulmana Rohingya vittima di feroci discriminazioni etniche e religiose in Birmania, ma anche bengalesi affamati dall'erosione delle coste del Bangladesh per effetto dei cambi climatici. L'ultima ondata senza precedenti di disperati alla deriva è salpata tra i due e i 4 mesi fa dal Mare delle Andamane o dal Golfo del Bengala e da allora i naufraghi navigano all'addiaccio sotto il sole

tropicale tra Thailandia, Malesia e arcipelago indonesiano, senza acqua né cibo, tra voci incontrollate e incontrollabili di violenze e perfino cannibalismo a bordo. Ma non servono iperboli per descrivere le possibili conseguenze del gioco al rimpallo sulla pelle di questa umanità dolente, in cerca di salvezza dopo la "pulizia etnica" del 2012 contro i Rohingya da parte dei buddhisti dello stato birmano dell'Arakan, oltre alle costanti discriminazioni subite da questo popolo in fuga anche nell'islamico Bangladesh.

L'ultima ondata di pericolosi viaggi via mare è stata anche la conseguenza del pugno duro dei generali di Bangkok, che hanno rafforzato i controlli dei soldati lungo l'antica rotta terrestre degli schiavi, con l'arresto di decine di contrabbandieri e ufficiali corrotti ai confini con la Malesia. Proprio nella provincia frontiera di Songkhla ai primi giorni di maggio sono venute alle luce più di 30 fosse comuni con almeno 120 cadaveri di Rohingya e bengalesi, talvolta con segni di tortura e violenze, forse morti o uccisi dai trafficanti per nasconderli ai rastrellamenti dell'esercito.

I negrieri - in gran parte thai - sono spesso gli stessi che grazie a forti complicità, oltre a trasportare nell'oceano i clandestini, assoldano a paghe da fame i pescatori per le navi del tonno, dei calamari e dei gamberetti che riforniscono molte tavole dell'Occidente. Il monopolio del mercato delle braccia costringe gli schiavi a lavorare per mesi e anni al largo senza poter mettere piede a terra, un fenomeno ben noto alle autorità internazionali che minacciano severe sanzioni contro la Thailandia, attualmente tra i maggiori esportatori di pesce lavorato al mondo.

"I poveri Rohingya sono da mesi su una barca laggiù senza sapere che sarà di loro - ha detto il Papa paragonandoli ai profughi Yazidi dello Stato islamico - Arrivano in una città dove qualcuno gli dà acqua e cibo e dice loro di andare via. Questo è un addio", ha denunciato il pontefice. Si riferiva a tutti i Paesi che si sono rifiutati di accoglierli lungo il pericoloso tragitto, dalla buddista Thailandia alle islamiche Malesia e Indonesia.

Hasina Begun, 22 anni, è una del gruppo di fortunati salvati dai pescatori di Banda Aceh est al termine di un'atroce odissea vissuta coi familiari e altri Rohingya come lei, definiti dalle Nazioni Unite uno dei popoli "più perseguitati del Pianeta". Da secoli rimpallati tra l'islamico Bangladesh che li ritiene stranieri e la buddista Birmania che nega loro cittadinanza e diritti civili, sono vittime di una guerra tra poveri ammantata di motivazioni religiose come nello stato dell'Arakan. Un ex ministro thai era perfino giunto a definirli "brutti come orchi" e quindi indegni di accoglienza. Da almeno tre anni cercano rifugio bussando inutilmente alle porte dei Paesi dell'Asean, e - nonostante i no ricevuti - tra i 45 e i 120 mila Rohingya vivrebbero già in Malesia, un numero che il governo di Kuala Lumpur ritiene già al limite delle sue capacità. Lo stesso sostiene la Thailandia, che ne ospita oltre 100mila in diversi campi profughi provenienti da vari luoghi di conflitto e povertà del Myanmar. Quanto all'Indonesia, ospita temporaneamente almeno 1.300 esuli dell'ultimo gruppo, ma a decine di migliaia erano già sbarcati con gli esodi precedenti in vari punti dell'arcipelago. Hasina aveva raggiunto la settimana scorsa le coste di Aceh a bordo di una barca di legno partita almeno due mesi fa dal Golfo del Bangladesh carica di Rohingya come lei e di musulmani bengalesi. Appena salvata dai pescatori di Langsa, ha raccontato che i trafficanti thai e malesi le avevano estorto 300 dollari per il passaggio via mare, poi l'avevano abbandonata assieme a suo fratello e altri 700 compagni di sventura sulle coste della Thailandia, dov'erano stati riforniti di un po' d'acqua e viveri prima di essere rispediti al largo senza equipaggio.

Raggiunta quella che doveva essere la meta finale, in Malesia la barca di Hasina è stata accompagnata da motovedette armate verso le acque indonesiane con l'ordine di "non tornare più indietro". La stessa sorte stava per capitarle sulle coste di Aceh quando almeno 100 compagni di sventura, compreso suo fratello, sono stati

massacrati a coltellate, colpi di machete e bastoni per una rissa scatenata a bordo per via della penuria di acqua. I superstiti in preda all'orrore e prossimi ad annegare nella barca semiaffondata, sono stati tratti in salvo dai pescatori di Langsa e portati a terra nonostante il divieto delle autorità costiere.

La ragazza e gli altri testimoni hanno descritto scene apocalittiche avvenute tra il ponte superiore e quello inferiore dell'imbarcazione da pesca dove erano divise le famiglie secondo l'origine. "I bengalesi tentavano di salire sul piano dei Rohingya decisi a prendersi armi in pugno le ultime taniche d'acqua per dissetare i loro bambini - ha raccontato un uomo di nome Mohammad Amih - e per un po' sono stati respinti con armi rudimentali e lanci di acqua di mare mischiata al peperoncino, poi è cominciata la strage. Molti si lanciavano dalla barca per sfuggire al massacro - ha detto Hasina - ma mio fratello non ce l'ha fatta ed è stato sgozzato e buttato a mare. C'erano cadaveri e feriti dappertutto".

Dopo le parole del Papa, il governo cattolico delle Filippine ha annunciato che fornirà assistenza alle vittime dei trafficanti asiatici anche se non ha specificato come. Altri segnali che qualcosa si sta muovendo vengono dalla dichiarazione con la quale il ministro dell'Interno malese ha invitato le Ong "di ogni razza e religione" ad aiutare i migranti abbandonati in mare. Anche il governo birmano ha espresso per la prima volta "preoccupazione" sulla sorte dei profughi, in gran parte partiti proprio dalle sue coste per fuggire ai pogrom buddisti. Ma al di là della buona volontà dei singoli Stati, sarà l'esito dell'incontro di oggi a Bangkok a far capire se, a differenza dei governi di Bruxelles che hanno maggiori vincoli comuni, i membri dell'Asean sapranno rispondere uniti e solidali all'emergenza che occupa da settimane le prime pagine di tutti i giornali.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3553-l-odissea-dei-rohingya-gli-schiavi-dei-barconi-scappati-da-fame-e-violenze-etniche> - 02.06.2015

## L'economia della tratta degli esseri umani

*Il progetto TRACE del 7° PQ si propone di capire meglio gli autori e le vittime della tratta degli esseri umani in Europa.*

Sebbene l'Europa sia una delle regioni più severe al mondo quando si tratta di garantire il rispetto dei diritti umani, il numero di persone vittime del traffico di persone verso o all'interno dell'UE raggiunge comunque le diverse centinaia di migliaia l'anno, è quanto afferma la Commissione europea. Le forme

più comuni di questo traffico sono lo sfruttamento sessuale ed economico, la rimozione di organi e la costrizione ad attività illegali come i piccoli furti.

L'anno scorso, un rapporto dell'Eurostat ha fatto luce sullo stato del traffico di esseri umani in Europa e ha sottolineato che "ci sono considerevoli

difficoltà da superare per far fronte ai diversi aspetti del traffico di persone". A parte le cifre in sé, però, cosa sappiamo di questo giro d'affari, le persone che lo gestiscono, i fattori che gli permettono di essere così fiorente e il profilo delle vittime? La risposta è sicuramente "non molto".

Per contrastare il traffico di esseri umani in Europa è necessario conoscerne in modo più profondo le cause. Ben consapevole di questa lacuna, la Commissione europea sta finanziando il progetto TRACE del 7° PQ, un'iniziativa biennale che è partita a maggio 2014 e si propone di capire meglio gli autori e le vittime, nonché di scoprire come avviene il processo di reclutamento.

Il principale centro di interesse del progetto sarà capire il traffico di esseri umani in quanto attività lucrativa. Insieme il team creerà una mappa concettuale dell'industria del traffico umano per avere un'immagine migliore di come è stato definito e inquadrato in Europa. Saranno studiati i legami tra il traffico di esseri umani e altre forme di crimine organizzato, il modus operandi dei trafficanti ed esamineranno i fattori che hanno influenzato questo giro d'affari come la crisi economica, l'instabilità politica e i conflitti, la corruzione e la tecnologia, essendo internet ampiamente riconosciuto come uno dei mezzi usati dai trafficanti

per creare una rete più fitta e intensificare la propria attività.

Un altro aspetto fondamentale di questa ricerca sarà l'analisi delle specifiche caratteristiche di tutti gli individui coinvolti, ovvero i trafficanti, il perché alcune vittime diventano trafficanti e come le terze parti facilitano questo giro d'affari.

TRACE si avvarrà delle competenze di un consorzio multidisciplinare che comprende una PMI specializzata in tecnologia e ricerca nel campo della sicurezza (Trilateral Research & Consulting), due università (VUB in Belgio e Università di Tilburg nei Paesi Bassi), la Segreteria del Consiglio dei paesi del Mar Baltico (Svezia), la Polizia di Cipro e due organizzazioni della società civile (La Strada International nei Paesi Bassi e il Comitato francese contro la schiavitù moderna in Francia).

Una volta raccolti tutti i dati, il consorzio ha in programma di condividere i suoi risultati e di prendere attivamente parte a varie attività internazionali, come conferenze e workshop, e di partecipare a incontri rilevanti per i suoi fini e obiettivi. Il team cercherà inoltre di divulgare i suoi risultati anche pubblicandoli su riviste, sulla stampa e per mezzo di articoli rivolti alle varie parti coinvolte.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3565-l-economia-della-tratta-degli-esseri-umani> 09.06.2015

## **India: migrazione sicura, primo passo per fermare il traffico di esseri umani**

*Il prossimo 8 febbraio sarà la prima Giornata di preghiera e riflessione contro la tratta di persone, presentata oggi in Vaticano. L'arcivescovo di Mumbai ricorda che tale fenomeno è "un crimine orribile contro i diritti fondamentali e la dignità della persona umana" e "la terza attività illegale più diffusa al mondo dopo lo spaccio di droga e il contrabbando di armi".*

*Card. Oswald Gracias\**

La Giornata internazionale contro la tratta di esseri umani che sarà celebrata domenica prossima, 8 febbraio, "è una mobilitazione di sensibilizzazione e di preghiera su scala mondiale. La nostra consapevolezza deve allargarsi ed estendersi fino alle radici di questo male e alle sue più lontane estensioni ... dalla consapevolezza alla preghiera ... dalla preghiera alla solidarietà ... e dalla solidarietà alla concertazione, fino a quando la schiavitù e il traffico non ci saranno più". L'ha spiegato il cardinale Peter Kodwo Appiah Turkson, presidente del Pontificio consiglio della giustizia e della pace, stamattina alla presentazione, in Vaticano, della Giornata, che cade quando la Chiesa ricorda santa Josephine Bakhita. La Santa, "per coloro che gridano - di solito in silenzio - per la liberazione, è un testimone esemplare della speranza. Noi - vittime e difensori insieme - non

possiamo fare di meglio che essere ispirati dalla sua vita e affidare i nostri sforzi alla sua intercessione". Nel corso dell'incontro in Vaticano è stato anche resa nota di una pagina web, [www.alight-against-human-trafficking.info](http://www.alight-against-human-trafficking.info), dedicata alla lotta alla tratta.

In occasione della Giornata, il card. Oswald Gracias, presidente della Federazione delle Conferenze episcopali asiatiche (Fabc), propone su AsiaNews una riflessione sul problema della tratta in India e in Asia.

In preparazione al prossimo 8 febbraio, prima Giornata internazionale di preghiera e riflessione contro la tratta di persone, la Chiesa in Asia osserverà la novena di santa Bakhita dal 30 gennaio al 7 febbraio. Santa Bakhita rappresenta un segno di speranza e libertà dalla schiavitù.

La Chiesa asiatica si dedica senza sosta a far conoscere gli oltre 21 milioni di donne, uomini e bambini che ogni giorno soffrono della moderna schiavitù. Attraverso l'Asian Movement of Women Religious Against Human Trafficking (Amrat), che è l'impegno congiunto delle religiose dei Paesi dell'Asia meridionale (Bangladesh, India, Nepal, Pakistan, Sri Lanka), la Chiesa in Asia si impegna a proteggere e promuovere la dignità umana degli emarginati, affrontando due sfide: porre fine al traffico di esseri umani e promuovere una migrazione sicura, in collaborazione con organizzazioni, istituzioni e individui che abbiano le nostre stesse motivazioni.

L'arcidiocesi di Mumbai e la Chiesa asiatica hanno iniziato la novena il 30 gennaio scorso, per prepararsi alla Giornata internazionale di preghiera e riflessione contro la tratta di persone, per far comprendere alla gente di un'altra forma di schiavitù, una grave ingiustizia.

Papa Francesco ha affrontato tale questione molto spesso, invitandoci in modo particolare a riflettere, lanciando un appello diretto a vederla come una necessità che deve essere risolta, affermando che "la tratta delle persone è un'attività ignobile, una vergogna per le nostre società che si dicono civilizzate!" (Discorso ai partecipanti alla plenaria del Pontificio consiglio della pastorale per i migranti e gli itineranti, 24 maggio 2013).

La tratta di esseri umani è un problema che non riguarda solo l'India, ma tutto il mondo.

Le cause e il fenomeno stesso del traffico sono radicate nella povertà, nell'analfabetismo, nella mancanza di opportunità, nella discriminazione di genere, nella violenza sociale e politica, e nella domanda di servizi che le vittime sono costrette a offrire. Queste persone sono considerate come merce di valore nel traffico sessuale o nell'industria

del lavoro. I trafficanti prendono di mira individui vulnerabili, pronti a sfruttare la loro disperazione, la loro sventura e la loro ignoranza.

Donne, uomini e bambini cadono preda del traffico a livello mondiale. Essi possono essere attratti con false promesse di opportunità di impiego o di una vita migliore, sequestrati o venduti direttamente dalle loro famiglie, che a loro volta hanno bisogno di soldi o speranza per dare una vita migliore agli altri figli.

Il traffico umano, la terza attività illegale più diffusa al mondo dopo lo spaccio di droga e il contrabbando di armi, continua a prosperare nonostante l'esistenza di adeguati provvedimenti legali. La tratta è un crimine orribile contro i diritti fondamentali e la dignità della persona umana.

Una delle sfide più urgenti nell'affrontare tale questione è proprio questa mancanza di consapevolezza sulle forme e le cause del traffico umano. Essere a conoscenza migliora il tasso di recupero delle vittime, perché quest'ultime saranno in grado di salvarsi. [Essere a conoscenza] aiuta perché quando una potenziale vittima sa chi chiamare o da chi andare, la risposta sarà immediata.

Noi apprezziamo, incoraggiamo e sosteniamo Amrat, e chiediamo a tanti altri di essere più impegnate nell'umanizzazione della società. Questa è la nuova evangelizzazione in una forma diretta, è diffondere il Regno di Dio. Non più schiavi, ma sorelle e fratelli.

*\*Arcivescovo di Mumbai e presidente della Federazione delle Conferenze episcopali asiatiche (Fabc)*

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3564-india-migrazione-sicura-primi-passi-per-fermare-il-traffico-di-esseri-umani> - 09.06.2015

## Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A “Globalização da indiferença” e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias